

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PATRÍCIA CONDE FRIOLIM**

**CRÉDITO, CONSUMO E ENDIVIDAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE OS  
IMPACTOS DA EXPANSÃO DO CRÉDITO NO CONSUMO DAS FAMÍLIAS  
BRASILEIRAS NO PERÍODO 2003-2015.**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Sant'Ana do Livramento**

**2017**

**PATRÍCIA CONDE FRIOLIM**

**CRÉDITO, CONSUMO E ENDIVIDAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE OS  
IMPACTOS DA EXPANSÃO DO CRÉDITO NO CONSUMO DAS FAMÍLIAS  
BRASILEIRAS NO PERÍODO 2003-2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Econômicas pela  
Universidade Federal do Pampa -  
UNIPAMPA.

Orientador: Prof.(a) Dra. Ana Luísa de Souza  
Soares

**Sant'Ana do Livramento**

**2017**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

332-7

F897c Friolim, Patrícia Conde

Crédito, consumo e endividamento: uma análise sobre os impactos da expansão do crédito no consumo das famílias brasileiras no período 2003-2015 / Patrícia Conde Friolim.

79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2017.

"Orientação: Ana Luísa de Souza Soares".

1. Crédito. 2. Consumo. 3. Famílias. 4. Endividamento. 5. Estrutura Social. I. Título.

**PATRÍCIA CONDE FRIOLIM**

**CONSUMO, CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE OS  
IMPACTOS DA EXPANSÃO DO CRÉDITO NO CONSUMO DAS FAMÍLIAS  
BRASILEIRAS NO PERÍODO 2003-2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Econômicas pela  
Universidade Federal do Pampa -  
UNIPAMPA.

Área de concentração: Ciências Econômicas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em dia: 27 de novembro de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Ana Luísa de Souza Soares  
Orientador  
UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Debora Nayar Hoff  
UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Alessandra Troian  
UNIPAMPA

## AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer, primeiramente a Deus que me permitiu realizar este sonho juntamente como minha estrela guia, minha mãe. Tenho certeza que ela está muito feliz com a minha conquista. Mãe você vive intensamente no meu coração, levo comigo as tuas palavras “Você sempre consegue vá em frente!”.

Ao meu filho Pedro, o meu amor eterno e toda a minha gratidão, pois é ele que me incentiva e adoça os meus dias, com a sua empolgação, determinação e amor em tudo que realiza. Ao meu esposo Marcelo, quero dizer que o amo, e agradeço por muitas vezes conseguir manter a calma, mantendo também a paciência de me esperar, demonstrando o quanto é meu parceiro, realizando muitas vezes sozinho e com muito amor a grande missão de cuidar do nosso filho.

A minha imensa gratidão a minha irmã Cídia, ao meu cunhado Leonel e a minha princesa Ágatha, que foram muito importantes durante toda esta minha caminhada. A você minha irmã, preciso muito agradecer, por não medir esforços para me ajudar, ficando a frente de tudo, assumindo o meu papel como profissional e de mãe do Pedrinho muitas vezes, para que eu tivesse tempo para estudar.

Quero agradecer ao meu pai, por toda ajuda e incentivo, e pelas conversas que muitas vezes traziam para a realidade temas que eu estava estudando, mostrando através de experiências vividas por ele, a economia no mundo real. Preciso agradecer também aos meu sogro e minha sogra, Daniel e Geneci por todo o apoio, carinho e compreensão, durante todos estes anos que precisei de ajuda. Aos meus irmãos, Paulo, Aryanne, Nathalia e Guilherme, eu agradeço pelos momentos de descontração, que me ajudaram a tornar mais leve este processo.

Agradeço imensamente a todas as pessoas que estiveram comigo e que durante todo este tempo dividiram comigo seus conhecimentos, suas alegrias e suas tristezas, muitas vezes sentados no corredor da Universidade. Não vou citar nomes, mas cada um de vocês sabe com certeza o quanto são importantes para mim, moram no meu coração, amo cada um de vocês e muito obrigada pela atenção que tiveram comigo durante todo este tempo.

Aos professores o meu eterno agradecimento, tenho um imenso orgulho de ter feito parte da UNIPAMPA, pois tive grandes profissionais como professores e admiro muito cada um de vocês. O meu agradecimento especial a minha orientadora Ana Luísa que me proporcionou não somente nesta etapa, mas durante todo tempo de formação a experiência que conviver com uma pessoa especial. Preciso dizer que foi um orgulho ter sido tua orientanda. Meu eterno agradecimento!

“Caminhar perto de coisas e pessoas de verdade, desfrutar desse amor absolutamente sem fraudes, nunca será perda de tempo. O essencial faz a vida valer a pena.”

Rubens Alves

## RESUMO

Após 2008, observou-se na economia brasileira um crescimento pautado no consumo, decorrente principalmente das políticas anticíclicas adotadas pelo governo, como a expansão do crédito. O ato de consumir deixou de ser apenas uma satisfação das necessidades individuais, se tornando atualmente uma resposta a sociedade, de forma a demonstrar, em qual grupo ou classe o indivíduo pertence. A economia brasileira após 2011 apresenta uma redução no desempenho da atividade econômica, que torna preocupante a manutenção do emprego e da renda das famílias, fatores fundamentais para o pagamento das dívidas. A partir deste cenário o presente estudo tem como objetivo principal analisar a expansão do crédito, na economia brasileira como instrumento anticíclico e suas consequências sobre o consumo das famílias para o período de 2003-2015, de modo a avaliar o trajeto social decorrente do padrão de consumo e do endividamento. Para tanto será utilizado o método histórico de investigação e o método descritivo. Observou-se que entre 2003 e 2008 a expansão do crédito esteve a cargo dos bancos privados, seguindo a lógica keynesiana de preferência pela liquidez essa condição se reverteu a pós a crise do subprime, em 2008; quando então coube aos bancos públicos garantir e expandir o crédito. A política creditícia junto às demais se caracterizou como anticíclica e a demanda efetiva manteve-se pelo consumo, principalmente pela participação da nova classe média. A trajetória de ascensão através do acesso ao crédito, que possibilitou a nova classe média consumir bens considerados símbolos dos estratos superiores da sociedade, acabou tornando-se ilusória, pelo fato de apenas se concretizar diante de um contexto que pressupõe a pobreza. A nova classe média acabou reinventando a sua condição de pobreza, ao consumir os bens símbolos de estratos superiores da sociedade, sem incorporar os signos culturais e sociais que representam estes estratos.

**Palavras-chave:**Crédito; Consumo; Famílias; Endividamento; Estrutura Social.

## RESUMEN

Después de 2008 se observa en la economía brasileña un crecimiento pautado en el consumo, resultado principalmente de políticas anti cíclicas adoptadas por el gobierno, como la expansión del crédito. El acto de consumir dejó de ser apenas una satisfacción de necesidades individuales, transformándose en una respuesta a la sociedad, como forma de demostrar a qué grupo o clase se pertenece. La economía brasileña después de 2011 presenta una reducción en el desempeño de la actividad económica, poniendo a prueba la manutención del empleo y los ingresos de las familias, factores fundamentales para el pago de las deudas. A partir de este contexto, el presente estudio tiene como objetivo principal analizar la expansión de crédito en la economía brasileña como instrumento anti cíclico y sus consecuencias sobre el consumo de las familias para el período 2003-2015, de forma a evaluar el trayecto social que resulta del patrón de consumo y endeudamiento. Para eso será utilizado el método histórico de investigación y el método descriptivo. Se observó que entre 2003 y 2008 la expansión crediticia estuvo a cargo de bancos privados, siguiendo la lógica keynesiana de la preferencia por la liquidez esa condición se invirtió después de la crisis del subprime en 2008, cuando entonces los bancos públicos asumieron la garantía y expansión del crédito. La política crediticia así como las demás se caracterizó como anti cíclica y la demanda efectiva se mantuvo por el consumo, principalmente por la participación de la nueva clase media. La trayectoria de ascensión através del acceso al crédito, que posibilitó a la nueva clase media el consumo de bienes considerados símbolos de estratos superiores de la sociedad, se mostró ilusoria, por el hecho de que apenas se concretizó delante de un contexto que presupone pobreza. La nueva clase media reinventó su condición de pobreza, al consumir bienes símbolos de estratos superiores de la sociedad, sin incorporar los signos culturales y sociales que representan dichos estratos.

**Palabras-clave:** Crédito; Consumo; Familias; Endeudamiento; Estructura Social.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução anual do PIB e do Crédito Total de 2003-2015(%).....	32
Gráfico 2- Relação crédito/PIB no Brasil de 2003-2008 (%).....	34
Gráfico 3- Participação do crédito com recursos livres destinado à pessoa física (PF) e o destinado à pessoa jurídica (PJ) no total do crédito do Sistema Financeiro Brasileiro em % do PIB (dez/2003 - dez/2008) .....	36
Gráfico 4- Evolução do crédito total por controle de capital - público e privado (nacional e estrangeiro) de 2007- 2015.....	41
Gráfico 5- PIB trimestral - Pelo Lado da Demanda (2007-2015) .....	43
Gráfico 6- Evolução do crédito/PIB (2008-2015) .....	44
Gráfico 7- Evolução do Consumo das Famílias no Brasil de 2002-2016 (variação trimestral) .....	48
Gráfico 8- Pirâmide Populacional e Classes Econômicas (2003-2011) .....	53
Gráfico 9- PIB (índice), Comprometimento da Renda das famílias brasileiras (% da renda) e Grau de Endividamento das famílias brasileiras (% acumulada em 12 meses) de 2005-2016	57
Gráfico 10- Comprometimento da renda das famílias e a participação no saldo total da dívida das famílias brasileiras em maio de 2015.....	58

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1 - Reajuste do Salário Mínimo no Brasil de 2003-2015 .....	48
--	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 OBJETIVOS .....	15
<b>1.1.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>15</b>
1.2 JUSTIFICATIVA.....	15
1.3 METODOLOGIA .....	16
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>18</b>
2.1 POLÍTICAS ECONÔMICAS ANTICÍCLICAS .....	18
2.2 O PAPEL DO CONSUMO NA DEMANDA EFETIVA .....	21
2.3 CONSUMO E DISTINÇÃO .....	22
2.4 CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO .....	29
<b>3 A EXPANSÃO DO CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2003 A 2015</b> .....	<b>32</b>
3.1 A EXPANSÃO DO CRÉDITO DE 2003-2008 NO BRASIL – COMO CONSEQUÊNCIA DA ESTABILIDADE DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS .....	33
3.2 O PONTO DE INFLEXÃO – O ANO DE 2008 .....	37
3.3 A EVOLUÇÃO O CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2009-2015.....	40
<b>4 O IMPACTO DA EXPANSÃO DO CRÉDITO SOBRE O CONSUMO DAS FAMÍLIAS</b> .....	<b>47</b>
4.1 MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA E MODIFICAÇÕES NO PADRÃO DE CONSUMO .....	52
4.2 A REVERSÃO DO CICLO – ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA .....	55
4.3 AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO E ENDIVIDAMENTOS DAS FAMÍLIAS .....	60
4.4 ANÁLISE DO TRAJETO SOCIAL PELA MUDANÇA DO PADRÃO DE CONSUMO E O ENDIVIDAMENTO.....	64
<b>5 CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O mercado de crédito mundial vem sofrendo ao longo do tempo significativas transformações. Diversos países adotam a expansão do crédito como uma importante ferramenta política utilizada principalmente em situações de instabilidade buscando reverter os efeitos negativos de uma crise econômica (OLIVEIRA; WOLF, 2016; MARTINS; FERRAZ, 2011; FREITAS, 2009; TEIXEIRA; PINTO, 2012).

A posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 trouxe para a economia brasileira um cenário de instabilidade devido à incerteza sobre as diretrizes que seriam adotadas na política econômica, impactando de forma negativa o mercado de crédito. Com a confirmação do presidente Lula em manter as políticas econômicas do governo anterior pautada no superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuantes, as incertezas dos investidores internos e externos se reduziram possibilitando um período de estabilidade econômica (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

Fatores importantes como a melhoria do Produto Interno Bruto, o aumento do emprego da renda, o cenário macroeconômico favorável e algumas mudanças institucionais, contribuíram fortemente para a expansão do crédito no Brasil (MARTINS; FERRAZ, 2011). De acordo com Giambiagi (2011, p. 222) “as circunstâncias começaram a mudar na segunda metade do primeiro Governo Lula, coincidindo, não por acaso, com a queda do Ex-Ministro da Fazenda Palocci e a adoção de um discurso muito mais pró-consumo que pró-ajuste”. Palocci foi substituído por Guido Mantega. A nova equipe econômica aproveitou as condições externas e internas favoráveis tornando as políticas econômicas até então adotadas mais flexíveis (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

Durante o segundo mandato de Lula (2007/2010), o cenário internacional se inverteu, a fase de estabilidade deu lugar a uma grande crise financeira que se originou no mercado de hipotecas de alto risco (*subprime*) nos Estados Unidos em meados de 2007, e logo se difundiu para todas as economias do mundo, tornando-se uma crise sistêmica após a falência do banco Lehman Brothers em 2008, afetando diretamente a credibilidade do mercado financeiro (PEREIRA, 2009).

A escassez de crédito no mercado externo, em decorrência da crise, acabou gerando uma desaceleração e uma estagnação na economia mundial. A dificuldade encontrada pelos bancos nacionais em renovar seus empréstimos junto ao setor externo afetou fortemente o mercado doméstico, os bancos contraíram de forma significativa a oferta de crédito no

momento em que a economia brasileira estava em plena expansão da produção, tornando-se imprescindível o financiamento bancário para as empresas (FREITAS, 2009).

De acordo com o Relatório do Anual do BACEN (2008), o Banco Central do Brasil adotou diversas medidas anticíclicas buscando reverter o quadro de redução da atividade econômica, entre elas a liberação de recolhimento compulsório aumentando a liquidez e incentivando a expansão dos empréstimos. Visando assim o crescimento da demanda interna impulsionando o aumento do consumo (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

Freitas (2009) aponta que, na tentativa de restringir os efeitos da redução do crédito dos bancos privados, impactados pela restrição externa, o governo adotou medidas de ampliação e de criação de linhas de créditos pelas instituições públicas, caracterizadas como medidas anticíclicas. Estas medidas conseguiram conter de forma significativa a retração da economia brasileira no último trimestre de 2008, salientando a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal (CEF).

Conforme destacam Teixeira e Pinto (2012), o crescimento do mercado interno durante o governo Lula teve como principais estímulos à política creditícia e às políticas distributivas e de renda com a elevação real do salário mínimo, programas de transferência direta de renda, criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ampliação da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como incentivo aos investimentos públicos e privados.

Observam-se dinâmicas diferentes em relação aos dois mandatos do presidente Lula. O primeiro mandato é caracterizado por um crescimento impulsionado pelo mercado externo, elevação das exportações e aumento dos investimentos direcionados a este setor. No segundo mandato a retomada da atividade econômica se deu rapidamente, após a crise financeira entre 2009/2010, o crescimento econômico foi sustentado pela expansão do mercado interno com o aumento do investimento e do consumo das famílias, ampliando a demanda por crédito (MARTINS; FERRAZ, 2011).

O crédito possui papel importante para a atividade econômica, pois ele permite o financiamento de novos empreendimentos por parte das empresas enquanto pelo lado das famílias o acesso ao crédito possibilita juntamente com o aumento na renda e a manutenção do emprego uma expansão do consumo. O acesso ao crédito causa impacto também sobre o padrão de vida dos indivíduos (MARTINS; FERRAZ, 2011).

O crédito, apesar de impulsionar o consumo, possui seu lado negativo. De acordo com Carneiro (2010) existem algumas limitações à expansão do crédito de forma contínua, como ocorreu no Brasil neste período. A taxa de juros elevada representa uma dessas limitações,

pois as altas taxas de juros quando descontadas da renda futura causam redução do poder de compra impactando o consumo futuro.

Quando as expectativas dos bancos se deterioram, principalmente em períodos de crise eles tendem a reduzir a concessão de empréstimos, elevando os juros, diminuindo os prazos e aumentando as exigências. Essas medidas contribuem para a vulnerabilidade financeira dos clientes, formando um ciclo vicioso de elevação da inadimplência e aversão ao risco. A restrição ao crédito em alguns casos é utilizada pelos bancos para conter o crescimento econômico e até mesmo reduzir os investimentos e a produção (FREITAS, 2009).

Em relação às famílias, é necessário destacar que as mesmas possuem apenas dois instrumentos de captação de recursos financeiros, o autofinanciamento e o crédito. A taxa de juro parece ser menos relevante na contratação do empréstimo pelas famílias, pelo fato de considerarem uma renda constante no futuro. Os fatores que determinam a contratação do crédito, neste caso, são a possibilidade do pagamento das parcelas diante do comprometimento da renda, a perspectiva futura da mesma e o grau de endividamento (MARTINS; FERRAZ, 2011).

Observa-se uma mudança no padrão de consumo das famílias como consequência das políticas adotadas pelo governo como o aumento do emprego e da renda, da expansão do crédito, de adoção das políticas de proteção social e da estabilidade econômica. As famílias não só aumentaram as quantidades consumidas como também elevaram a qualidade de suas despesas. O acesso ao crédito possibilitou a compra de produto de alto valor agregado comprados a médio e longo prazo (FECOMERCIOIRS, 2017).

O aumento do consumo pautado excessivamente no crédito pode levar as famílias a atingirem um alto nível de endividamento, tornando-se um tema preocupante dentro do cenário econômico, pois gera graves consequências sobre a economia (FECOMERCIOIRS, 2017), visto que a redução do consumo de forma excessiva afeta o nível de produção, podendo levar a economia para um cenário de recessão. A inquietação acerca deste tema torna pertinente o estudo sobre qual é o papel do crédito na economia brasileira como instrumento anticíclico utilizado em 2008? E quais são as consequências dessa expansão do crédito sobre o consumo das famílias e que alterações provoca em sua posição na estrutura social?

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Analisar a expansão do crédito na economia brasileira, como instrumento anticíclico e suas consequências sobre o consumo das famílias para o período de 2003-2015, de modo a avaliar o trajeto social decorrente do padrão de consumo e do endividamento.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- Descrever a expansão do crédito na economia brasileira a partir de 2003.
- Identificar os impactos da expansão do crédito enquanto instrumento anticíclico a partir de 2008.
- Investigar o impacto da expansão do crédito sobre o consumo das famílias brasileiras para o período 2008-2015.
- Avaliar o trajeto social expresso a partir das mudanças no padrão de consumo e de endividamento das famílias.

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

Durante o período de 2003 até início de 2008, observou-se na economia brasileira um aumento do consumo das famílias, decorrente da expansão do crédito. A expansão neste período foi liderada pelos bancos privados, os quais acompanharam os indicadores macroeconômicos positivos, direcionado a oferta de crédito inicialmente ao setor industrial, como estímulo ao crescimento da economia brasileira. A partir de 2008, a política adotada pelo o governo de combate a crise internacional teve caráter anticíclico. A expansão do crédito neste período foi direcionada a estimular o consumo das famílias. Esse aumento observado no período caracteriza um importante efeito das políticas distributivas e de crédito adotadas.

Após 2011, a economia brasileira apresenta uma redução no desempenho da atividade econômica e no consumo. Esta desaceleração da economia brasileira traz a preocupação sobre a manutenção do emprego e da renda por parte das famílias, fatores fundamentais para o pagamento de dívidas.

A utilização do crédito de forma desmedida, juntamente com a redução da renda, pode acarretar para as famílias um stress financeiro, no qual não há a possibilidade de pagamento da dívida no longo prazo, tornando o endividamento e a inadimplência consequências negativas dessa política anticíclica adotada.

Esta pesquisa se torna importante pelo fato de permitir a observação da expansão do crédito na economia brasileira, no período 2003-2015, mostrando a mudança no direcionamento da política de expansão do crédito e suas consequências sobre o consumo das famílias, possibilitando um melhor entendimento sobre a política anticíclica utilizada pelo governo.

A análise do possível esgotamento do modelo adotado de aumento do consumo e a desaceleração da economia brasileira no período mais recente reforça a importância da análise sobre o consumo das famílias e a conscientização na tomada de crédito, dado que a redução do emprego e da renda pode gerar a inadimplência das famílias endividadas. Logo, alterações na estrutura de classes sociais, devem ser observadas em decorrência das mudanças no padrão de consumo e endividamento das famílias.

### 1.3.METODOLOGIA

De acordo com os procedimentos técnicos, este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, a qual foi elaborada a partir de materiais já existentes, composto principalmente de livros e artigos científicos. Segundo Gil (2008, p.50) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Para se atingir o objetivo geral deste trabalho, que buscou analisar a expansão do crédito utilizado com política anticíclica na economia brasileira e suas consequências sobre o consumo das famílias, primeiramente foi utilizado o método histórico de investigação. De acordo com Munhoz (1982, p. 25-26), o método histórico de investigação “percorre o tempo na tentativa de conhecer o comportamento de determinada realidade, investiga-se, paralelamente, os condicionamentos que, em cada momento, podem ter influenciado o quadro objeto de estudo”.

Posteriormente, para descrever a expansão do crédito na economia brasileira a partir de 2003, foi utilizado o método descritivo, que segundo Gil (2008, p. 28) “tem como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, tendo como base o referencial de autores

keynesianos. Munhoz (1989, p.32) destaca que, “Os estudos descritivos constituiriam, no campo da economia, aquilo que se designaria como uma fonte de "insumos" para as análises interpretativas de uma realidade”, assim como na identificação dos impactos da expansão do crédito enquanto instrumento anticíclico a partir de 2008. A investigação sobre os impactos da expansão do crédito sobre o consumo das famílias se dará através de análise de dados secundários retirados de fontes como Banco Central do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Serviço de Proteção de Crédito, entre outros; e também a partir de dados secundários por fontes bibliográficas.

Assim, pretendeu-se avaliar de modo sistêmico a alteração da estrutura social da economia brasileira no período de 2003 a 2015; salientando suas propriedades de posição, especificamente através da renda, padrão de consumo e endividamento; parâmetros esses indicados por Bourdieu (ver referencial teórico) como contribuintes para análise da trajetória social.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção serão apresentadas as teorias consideradas relevantes para análise do problema proposto, sendo elas: as políticas anticíclicas, o crédito, o consumo e o endividamento. Na abordagem macroeconômica terão destaque as políticas públicas e o crédito, as quais nos auxiliam para contextualização do problema e terão como base as teorias keynesianas e pós-keynesianas. O consumo e o endividamento serão analisados através de uma abordagem microeconômica, considerando que o foco do trabalho trata-se do aumento do consumo das famílias impulsionado pela expansão de crédito e suas consequências na sociedade, a análise terá como base principal os conceitos de Bourdieu e Thorstein Veblen.

### 2.1 POLÍTICAS ECONÔMICAS ANTICÍCLICAS

Os impactos da crise norte-americana de 2008 acabaram quebrando a confiança nos pressupostos que orientavam os principais mercados financeiros, sendo a autorregulação dos mercados e a capacidade de decisão dos agentes, que se mostraram equivocados e tornaram-se incapazes de evitar uma das maiores crises financeiras desde a Grande Depressão de 1929 (SANTOS, 2015). A crise global financeira de 2008/2009 fez com que governos em todo o mundo respondessem de maneira forte e rápida, adotando diversas políticas, práticas e medidas anticíclicas, elevando inclusive os gastos públicos, e, em alguns casos, diversificando as políticas, como forma de primeiramente reduzir os efeitos da crise e posteriormente sair dela (AFONSO, 2010). As medidas adotadas trouxeram à tona o debate sobre a adoção de políticas anticíclicas, destacando a utilização do receituário keynesiano de políticas econômicas. Keynes destaca-se entre vários autores que abordam este tema, sendo ele atuante na defesa da intervenção estatal prevenindo e amenizando os efeitos de crises caracterizadas pela redução da atividade econômica e aumento do desemprego (AFONSO, 2010).

Contrariando a visão Ortodoxa, para a qual as políticas econômicas ativistas não causam efeitos permanentes sobre as variáveis reais da economia, a visão keynesiana tem como objetivo central, em um sentido amplo, atingir o pleno emprego (PAULA, 2008). Ainda segundo Keynes (2012, p.26), “a simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode estancar, e frequentemente estanca o aumento do emprego antes de se ter alcançado o pleno emprego”.

Normalmente uma economia de mercado (*laisse-faire*) apresenta períodos de instabilidade, sendo intrinsecamente cíclica, pois não cria um nível satisfatório de demanda

agregada coerente com o pleno emprego. Assim sendo, o pleno emprego somente seria atingido por acidente ou por políticas econômicas com objetivo de aumentar a demanda agregada (KEYNES, 2012).

Ao defender a intervenção do Estado, criticando a visão liberal de que os mercados autorregulados seriam capazes de alocar de forma eficiente os recursos disponíveis e a visão “darwinista” econômica (no mercado sobrevivem os mais fortes) contida nesta visão, Keynes destaca que nem sempre a soma dos interesses pessoais está de acordo com os interesses coletivos, quer dizer, que não necessariamente o autointeresse opera na mesma direção do interesse público, destacando que além das falhas existentes no mercado em relação à alocação dos recursos e da promoção do pleno emprego, o mercado elimina os mais fracos (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007).

Tendo como base o princípio da demanda efetiva e da não neutralidade da moeda, a política keynesiana busca criar um ambiente favorável ao investimento produtivo, destacando que os determinantes da demanda agregada, principalmente os investimentos, são fundamentais para a utilização da capacidade produtiva e para a manutenção e ampliação do nível de emprego (PAULA, 2014). O Estado teria, por tanto, a capacidade de afetar as variáveis reais da economia (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007).

Outro importante aspecto das políticas keynesianas é a implementação de políticas macroeconômicas coordenadas, onde a formulação destas políticas (monetária, fiscal, cambial e de rendas) não deve ser de forma isolada, buscando atingir vários objetivos de política econômica como o crescimento econômico e a estabilidade dos preços, contribuindo para a redução dos riscos e da incerteza que gravita em torno da economia (PAULA, 2014).

É necessário que as políticas sejam voltadas tanto para o lado da oferta, como para o lado da demanda, visto que elas não são independentes, pois o nível de demanda corrente afeta diretamente a oferta potencial futura, a capacidade de produção e o investimento (PAULA, 2008). O Estado deve exercer uma influência orientadora sobre a propensão ao consumo, em parte mediante o sistema de tributação e em parte por meio da fixação da taxa de juro, assim como eventualmente por outros meios (KEYNES, 2012). De acordo com a visão keynesiana, a intervenção estatal através da política fiscal teria um efeito mais encorajador nos investimentos, baseada na administração dos gastos públicos e na política de tributação, destacando que gasto público é diferente de déficit público. A política monetária exerce um efeito indireto sobre a demanda efetiva, pois primeiro impacta as condições de liquidez o mercado monetário, para posteriormente impulsionar mudanças nas expectativas e decisões dos agentes (TERRA; FILHO, 2014).

A incerteza possui um papel importante na atividade econômica, sendo que as variações das expectativas dos agentes condicionam as decisões de investimentos influenciando a dinâmica real da economia. As expectativas dos agentes são confirmadas e até mesmo promovidas no sistema bancário, através da criação de moeda, a qual passa a ser endógena (PAIM, 2013).

A teoria pós-keynesiana justifica a intervenção estatal no setor bancário salientando a presença da incerteza inerente ao sistema financeiro (HERMANN, 2011). O sistema bancário exerce um papel importante na economia capitalista, atuando na concessão de poder de compra direcionado a antecipação do dispêndio (FREITAS, 2010).

Os bancos possuem um comportamento contraditório e fundamental no sistema econômico, pois em fases de expansão da atividade econômica os bancos elevam suas expectativas preferindo a rentabilidade à liquidez, adotando uma postura mais especulativa, fomentando e sancionando as demandas por crédito dos agentes econômicos, fundamental para o crescimento da economia, observa-se a partir do comportamento assumido pelo setor bancário a interação entre a expansão do crédito com o lado real da economia (PAULA, 2006).

Já nas fases de recessão os bancos colaboram com a desaceleração cíclica, adotando como estratégia de defesa a elevação das taxas de juros e uma maior rigidez na contratação de crédito, decorrente da deterioração das expectativas em relação ao futuro, e passam a preferir os ativos mais líquidos e de menor rentabilidade, reduzindo a oferta de crédito (PAULA, 2006). Ao contrair o crédito, os bancos colaboram com a fragilização financeira dos agentes econômicos, dando origem a um ciclo vicioso de elevação da inadimplência, liquidação dos ativos e de aumento da aversão ao risco. O crescimento econômico desacelera, podendo levar a economia a reduzir os investimentos e a produção (FREITAS, 2010).

Os bancos públicos seriam responsáveis por promover a redução da instabilidade econômica, fornecendo crédito de longo prazo, os quais possuem maior risco e maior grau de incerteza pelo tempo de maturação, atuam também na compensação da tendência de curto prazo do mercado e no controle da fragilidade existente no mercado financeiro (HERMANN, 2011).

Portanto, a atuação dos bancos públicos está direcionada a suprir as necessidades de financiamento adequado aos segmentos, setores e atividades, que em momentos de crise e aversão ao risco não são atendidos pelo mercado e nem pelas instituições financeiras privada, desta forma atuando na economia de maneira anticíclica, promovendo e garantindo o financiamento do consumo e da produção. Outra forma de atuação dos bancos públicos ou

privados patrocinados pelo governo é a promoção da inclusão bancária, garantindo o acesso da população de baixa renda, ou minorias, ao crédito e aos serviços dessas instituições (FREITAS, 2010).

## 2.2 O PAPEL DO CONSUMO NA DEMANDA EFETIVA

A socialização do investimento através da cooperação entre Estado e iniciativa privada é fundamental, na qual o Estado deve funcionar como indutor dos investimentos privados e assim, cumprir o seu papel de estabilizador das flutuações cíclicas do sistema econômico. Além disso, ele possui a capacidade de influenciar a economia através de instrumentos como a mobilização de recursos, a sustentação da demanda efetiva direcionadas ao enfrentamento das incertezas e os de orientação das expectativas dos agentes como o controle da moeda e do crédito (KEYNES, 2012). Deve assumir a função de indutor dos investimentos e de fomento da demanda efetiva, apenas em situações específicas como em períodos de colapso da atividade econômica e como reação à crise (AFONSO, 2010).

O princípio da demanda efetiva estabelece que os gastos autônomos dos investidores definem o nível de emprego e de renda (KEYNES, 2012). Assim, há indivíduos com expectativas positivas que se arriscarão em novos investimentos, porém haverá os que preferirão de forma mais cautelosa conservar sua riqueza de maneira mais segura (CARVALHO, 2008).

É justamente nesse ponto que pode ser destacada a importância do consumo e do investimento na demanda efetiva, considerando-se que os empresários que se arriscam em novos investimentos contribuem com a criação do emprego e da riqueza, porém já os mais temerosos acabam contribuindo para o desemprego e recessão econômica. Da mesma forma, os consumidores contribuem para o problema quando deixam de consumir, retendo moeda, a demanda por ativos não reprodutíveis contrai a demanda agregada e eleva o desemprego (KEYNES, 2012).

Segundo Keynes (2012) a determinação do consumo agregado na chamada “lei psicológica fundamental”, na qual as modificações nos rendimentos disponíveis levam a variações proporcionalmente menores no nível de consumo e uma proporção média decrescente quando há aumento no rendimento. Isso ocorre pelo fato de que indivíduos buscam manter um padrão de vida uniforme, por isso poupam a diferença entre a renda efetiva e a necessária para a manutenção deste padrão (OREIRO, 2003).

O consumo das famílias cumpre um importante papel na economia, escoando a produção, assim o consumo garante a continuidade do processo de produção. O consumo pode se dar de forma imediata, satisfazendo diretamente a necessidade do consumidor ou de forma a incorporar novos produtos, estes consumidos posteriormente (MOREIRA, 2011).

Na visão de Karl Marx, o consumo é parte de um processo constante e inter-relacionado com a circulação/distribuição e a produção, sendo esta última predominante sobre os outros fatores (FREDERICO, 2008). Marx adota o silogismo dialético de Hegel para mostrar esta inter-relação, onde os termos adotam diferentes posições, são mediadores e mediados de acordo com o movimento da história. A produção é imediatamente o consumo, sendo este o impulso e o objeto da produção, pode-se observar que, na visão de Marx, o consumo produz a produção pelo fato de que para produzir é necessário consumir matérias-primas, ao mesmo tempo que a produção só se realiza quando é consumida, portanto o consumo torna-se fundamental para a produção (FREDERICO, 2008).

A produção, ainda segundo Marx, possui um caráter revolucionário, onde a concorrência a obriga renovar-se constantemente (FREDERICO, 2008). De acordo com a visão marxista, pode-se considerar que o crédito cumpre um importante papel dentro da economia capitalista, proporcionando a antecipação da aquisição dos meios de produção, potencializando a produção e a acumulação de capital (MOLLO, 2011<sup>1</sup>apud BRUNHOFF; FOLEY, 2006). De acordo com Martins e Ferraz (2011, p. 274) “quanto maior e mais sustentável o crescimento econômico, dentro de um quadro de estabilidade macroeconômica, menor a incerteza e maior o volume de gastos que cada agente deseja realizar elevando assim a demanda por crédito”.

### 2.3 CONSUMO E DISTINÇÃO

O ato de consumir é pertencente à vida humana, funciona como um balizador das relações sociais e é peculiar da dinâmica econômica. Porém o que se observa é que o padrão consumista presente na sociedade contemporânea tem levado os indivíduos a consumirem de maneira excessiva, desnecessária, ostentatória e esbanjadora. É no consumo que as identidades dos indivíduos se configuram, sendo o status medido muitas vezes a partir do que é consumido. Os bens muitas vezes não são adquiridos somente por sua utilidade, somando-se a isso o prestígio simbolizado pela posse; tornando o ato de consumir algo que pode

---

<sup>1</sup> MOLLO, M. de L. Capital Fictício, Autonomia Produção – Circulação e Crises: Precedentes teóricos para o Entendimento da Crise Atual. **Revista Economia**, Set/Dez 2011, p.475-493.

contribuir para a satisfação dos indivíduos, melhorando sua qualidade de vida, sendo favorável ao desenvolvimento local, ou por outro lado, agravando as desigualdades sociais (TEODÓSIO; VIEGAS; DIAS, 2010). Observou-se juntamente com o aumento do consumo um crescimento do recurso ao crédito para financiá-lo, posto que, o crédito possibilita ao indivíduo ajustar a sua renda às suas despesas, financiando lhes a posse de uma variedade de bens e serviços, além de suprir a necessidade do indivíduo em expor uma imagem ou estilo de vida igual ao grupo de referência social (MOREIRA, 2011).

As teorias sobre comportamento do consumidor tornaram-se fundamentais para as sociedades contemporâneas e atualmente são objetos de estudos de várias áreas das ciências sociais. Os estudos sobre a relação entre o crédito e o consumo encontram-se em uma fase mais recente, os quais buscam analisar em diferentes contextos e grupos sociais as diversas formas e impactos que resultam desta relação (SANTOS; COSTA; TELEZ, 2013).

A economia ortodoxa adota um modelo de racionalidade, onde o agente busca através de um processo consciente e deliberado tomar decisões sobre o consumo que maximize sua utilidade ou satisfação, considerando informação perfeita e calculando os custos e benefícios os agentes escolhem o que proporciona o máximo de benefícios líquido (SANTOS, 2015). O consumo na abordagem microeconômica é considerado especialmente “como uma escolha individual e utilitária, na convicção de que, estando o consumidor ciente dos custos e benefícios inerentes às escolhas que estão a sua disposição, optará por aquela que lhe trará maior benefício” (MOREIRA, 2011, p. 93). Essa abordagem não distingue as ações sobre o consumo de outras ações. Desta forma, a decisão sobre o crédito faz parte da decisão sobre o consumo, sendo determinada principalmente pela renda corrente ou pela renda que se espera obter ao longo da vida (SANTOS, 2015).

De acordo com a teoria do ciclo de vida, os consumidores buscam um padrão de consumo ao longo da vida, sendo este determinado em cada momento pela riqueza e pela renda presente, como também pela perspectiva quanto a evolução da renda no futuro e a sua expectativa de vida. Nessa visão, o endividamento é algo racional no início de carreira ou da atividade laboral, considerando que os indivíduos poupem em situações de maiores rendimentos (durante a meia idade), uma vez que a perspectiva de avanço profissional o possibilitará arcar com os encargos do crédito. De maneira semelhante, a hipótese do rendimento permanente assume como racional a utilização do crédito, porém não estipula quando deve ocorrer, mas reconhece que as expectativas quanto ao rendimento total que os indivíduos pretendem acumular ao longo de suas vidas é o que determina o consumo (SANTOS, 2015).

Estas análises buscam justificar através de fundamentos abstratos o ato de consumir, implicitamente o endividamento como algo racional, negligenciando a influência dos elementos contextuais e sociais na decisão face ao crédito. Assumem como irrestrito o mercado de crédito, desconsiderando que o acesso ao crédito pelas famílias depende de vários fatores como a posse de bens pela família, o que muitas vezes, serve como garantia ao crédito, assim como a incerteza sobre o futuro em relação à renda e necessidades que podem vir a afetar a família ou indivíduo, desencorajando o ato de endividamento (SANTOS, 2015).

O crédito é apenas um instrumento, mesmo que necessário e desejável, para manter um padrão de consumo uniforme durante o ciclo de vida dos indivíduos, possibilitando redistribuir o consumo entre períodos de rendimentos elevados para períodos de rendimento mais baixo. É racional, portanto desfrutar de níveis de consumo superiores a renda disponível através da utilização do crédito (SANTOS,2015).

As decisões financeiras tomadas pelas famílias em contexto de incertezas quanto ao futuro, são embasadas em informações disponíveis, muitas vezes insuficientes e através de uma variedade de fatores, tanto sociais como psicológicos, como “as convenções dominantes em cada momento histórico e uma diversidade de motivações humanas que impelem ou inibem a ação” (SANTOS, 2015, p. 43).

A abordagem dada pela economia convencional separa a economia do contexto social e político e privilegia o indivíduo como objeto de análise fundamental, priorizando princípios como o da maximização da utilidade e negligenciando os aspectos específicos da escolha na tomada de decisão dos consumidores (SANTOS; COSTA; TELES, 2013), abrindo caminho para novas linhas de investigações sobre o consumo (COSTA, 2011). Áreas como a Filosofia, a Antropologia e a Sociologia destacam a necessidade de introdução dos fatores socioculturais, experienciais, ideológicos e simbólicos nos estudos sobre o consumo (PINTO; LARA, 2010), identificando vários padrões comportamentais que se diferenciam dos chamados comportamentos “desviantes” da teoria convencional (SANTOS, 2015). Segundo Moreira (2011, p. 98 apud FRADE, 2007):

Os padrões de consumo variam de acordo com hábitos, os costumes, os países e sua cultura, a época do ano, os grupos ou a classe social a que pertencem os consumidores. Estas disparidades no consumo de bens explicam-se pelas diferenças de nível e estilo de vida, de utilização dos meios de lazer, entre outros. O consumo não tem, assim, apenas um significado econômico. Sendo um fenômeno eminentemente social, que se desenvolve a partir de necessidades que são geradas e satisfeitas num contexto de interdependência entre vários agentes, enquadra-se em expectativas e interpretações sociais que fazem extravasar o consumo de uma mera função utilitária ou da análise micro e macroeconômica (MOREIRA, 2011, p. 98 apud FRADE,2007).

Na sociedade contemporânea, o consumo reflete e encoraja os processos de reprodução social, assim como forma de tornar permanentes as classes ou estratos sociais (MOREIRA, 2011). O consumo está diretamente ligado às várias atividades das classes sociais diante de suas contribuições referentes ao mercado e ao trabalho. O consumo é visto como um dos componentes que condicionam os indivíduos a pertencer à determinada classe social, ou seja, o que se pode chamar de “padrões de consumo” que direcionam a vida política, econômica e social dos indivíduos (BEZERRA; AGUIRRE; SILVA; LUCAS, 2016).

Thorstein Veblen destaca o consumo como ato de afirmação de prestígio e integração social (MOREIRA, 2011). Ele foi um dos primeiros a estudar o consumo numa visão antropológica, traz para a análise do consumo um fator inovador, o consumo ostentatório, contrariando a teoria econômica que estabelece que o conflito entre os homens pela acumulação de bens dá-se pela necessidade de subsistência. Na visão de Veblen, o consumo além de atender as necessidades básicas, atende também as necessidades físicas, espirituais, estéticas, intelectuais, entre outras (PINTO; LARA, 2010).

A finalidade da aquisição, para Veblen, principalmente nas sociedades que existe o direito de propriedade privada é a competição pela posse da riqueza, e se dá de forma valorativa; onde a comparação valorativa torna-se presente entre os membros dos grupos sociais. O reconhecimento que antes era dado pelas habilidades inerentes ao indivíduo, comprovado muitas vezes pelo recebimento de troféus, passa a se dar pela posse da riqueza, a qual confere honra ao indivíduo (TASCHNER, 1997).

O consumo conspícuo destacado por Veblen assume um papel de estímulo para o indivíduo sair de sua condição atual dentro do grupo ou sociedade atingindo um nível acima do seu, provocando uma incessante busca pela acumulação de bens (TASCHNER, 1997). Esta busca jamais terminará dado que ao alcançar os bens exigidos para pertencer a determinada classe superior ele imediatamente elege novos luxos preservando seu estatuto social (SANTOS; COSTA; TELES, 2013). Na visão de Veblen, o consumo conspícuo não corresponde às preferências e idiosincrasias dos indivíduos, apenas mostra o contexto social em que ele está inserido. Esse contexto social impõe normas de consumo, na qual desconsidera sua restrição orçamentária, estabelecendo que qualquer desvio é um atentado a dignidade. Portanto, o consumo não significa a satisfação das necessidades básicas do indivíduo e sim a oportunidade de pertencer a determinada classe social (SANTOS; COSTA; TELES, 2013).

De acordo com Rocha e Barros (2008, p. 189), o consumo é uma manifestação capaz de operar com um sistema de classificação, aproximando e diferenciando grupos de pessoas através da posse de bens ou vice-versa. “Séries de produtos e serviços, os bens de consumo, se articulam com séries de pessoas, grupos, estilos de vida, gostos, perspectivas e desejos que nos envolvem a todos em um permanente sistema de comunicação de poder e prestígio na vida social”.

Pierre Bourdieu é considerado um dos principais teóricos contemporâneos da sociologia do consumo, ele aborda a relação existente entre o consumo e as classes sociais; assim como Veblen, ele também apresenta o consumo como forma de diferenciação entre as diversas classes sociais (SANTOS; COSTA; TELES, 2013). Segundo Bourdieu (2009), a estrutura social não pode ser compreendida como um produto gerado apenas pela justaposição das partes que compõem a sociedade. É importante, além de entender a concepção de estrutura, investigar em que medida as partes que constituem a sociedade estratificada (classes ou grupos de status) e as relações existentes participam da formação dessa estrutura. Bourdieu (2009, p.3) destaca que “mais precisamente é a sua posição no sistema completo das relações que determina o sentido de cada relação particular”.

Cada classe social, por ocupar uma posição dentro de uma estrutura social historicamente constituída e ser afetada pelas relações que as une as outras partes que formam essa estrutura, possui propriedade de posições relativamente independentes de propriedades intrínsecas, como certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência. As propriedades de posição podem ser estabelecidas através da posição que se ocupa no sistema de relações de produção, modificando-se de acordo com a sociedade e a época (BOURDIEU, 2009).

Segundo Bourdieu, elementos expostos às posições sociais estruturalmente diferentes, mesmo compartilhando de características sociais, culturais e econômicas, possuem condutas e atitudes que os diferenciam dos outros indivíduos (BOURDIEU, 2009). A posição do indivíduo ou grupo nunca pode ser definida através de uma visão estática, ou seja, como uma posição relativa em uma determinada estrutura e momento, mas sim num sentido de trajeto social expresso por uma curva, na qual pode estar em ascensão ou regressão, assim “podemos distinguir propriedades ligadas à posição definida sincronicamente e propriedades ligadas ao futuro da posição” (BOURDIEU, 2009, p. 8).

Desta forma um estudo sistemático permite estabelecer preposições trans-históricas e transculturais, somente fundamentadas se estabelecidas entre partes que possuem posições equivalentes na estrutura social. Pode-se, portanto relacionar algumas características das

classes sociais de acordo com sua situação e outras, conforme sua posição na estrutura social. A caracterização das diversas classes sociais não depende apenas da sua posição diferencial, mas também do quanto essa classe contribui para a constituição desta estrutura social, chamado de peso funcional (BOURDIEU, 2009).

Bourdieu (2009) destaca que as proposições supostamente universais sobre as sociedades globais, assim como sobre os grupos sociais (classes sociais) que compõem essa sociedade são classificações abstratas, enquanto as categorias propostas não representarem estruturações que podem ser reveladas nos sistema concreto.

Diversas propriedades de uma classe social surgem a partir de relações existentes entre seus membros e os indivíduos de outra classe social, dadas de forma deliberada ou objetivamente em relações simbólicas, a qual ultrapassa as questões meramente econômicas e expressam segundo uma lógica sistemática, diferenças de situação e de posição, tendendo a convertê-las em distinções significantes (BOURDIEU, 2009).

O sujeito constitui para si e para os outros uma posição na estrutura social, a partir da independência relativa do sistema expressas em atos e procedimentos, como se fossem marcas de distinção. A independência relativa da ordem social, como modo de repartição de prestígio social, não se dá apenas pela união de aspectos sociais e econômicos, ela deriva portanto da possibilidade de criar uma lógica própria, enquanto relações simbólicas (BOURDIEU, 2009).

É necessário reconhecer os grupos de status e as classes como unidades nominais que podem demonstrar a realidade de forma mais ou menos completa de acordo com o tipo de sociedade, porém resultam sempre da opção de realçar aspectos econômicos ou simbólicos coexistentes na própria realidade, visto que “as distinções simbólicas são sempre secundárias em relação às diferenças econômicas que as primeiras exprimem, transfigurando-as” (BOURDIEU, 2009, p. 12).

A diferenciação das classes sociais se dá a partir da sua relação com a produção e com a posse de bens, “sendo posse e não-posse as categorias fundamentais da situação de classe”, enquanto os grupos de status se diferenciam através dos princípios de seu consumo de bens, consumo que se materializa em tipos específicos de estilo de vida, os quais “se define menos por um ter do que por um ser”, menos pela posse do que pela maneira de usá-los e pertencem à ordem simbólica (BOURDIEU, 2009, p. 15).

O status é um dos elementos em que o indivíduo assume na representação de classe a partir de suas condições sociais e econômicas. A aquisição de um automóvel ou outros bens materiais duráveis são exemplos de como o consumo pode trazer sensações simbólicas, as

quais são necessárias para o indivíduo assumir status no interior de uma determinada classe social (BEZERRA; AGUIRRE; SILVA; LUCAS, 2016).

Os grupos de status, na busca pela distinção, podem incorporar uma forma de consumir inimitável, a qual transforma o bem mais trivial em raridade, decorrente da “arte de bem consumir”. Além de estabelecerem modelos de modalidade, condicionados a regras gerais que moldam a forma justa de desempenhar os modelos (BOURDIEU, 2009, p. 15).

As distinções simbólicas relacionadas à forma de utilizar os bens duplicam as diferenças propriamente econômicas, sendo assim, é através do consumo, principalmente o consumo simbólico que os bens são transformados em signos, tornando realmente as diferenças em distinções significantes. Portanto, há uma transformação dos bens econômicos em signos, enquanto as ações meramente econômicas são convertidas em atos de comunicação (BOURDIEU, 2009).

Os traços distintivos de consumo e conduta, como o vestuário, a cultura, a linguagem entre outros, são os que exercem melhor a função de agregação e dissociação. Eles simbolizam, de forma mais clara, a posição diferencial do indivíduo dentro da estrutura social (BOURDIEU, 2009). A função dos signos, enquanto estruturas de correspondência e oposição, é revelar os desvios diferenciais, os quais determinam a estrutura de uma sociedade como sistema de significação, significando grupos ou indivíduos. Os signos são caracterizados pela necessidade de modificação. A dialética da divulgação e da distinção acompanha o funcionamento do sistema, assim como as mudanças permanentes que existem, uma vez que os signos não podem perder sua significação, seu valor, dado pela sua posição e pela oposição aos outros elementos dentro do sistema (BOUDIEU, 2009).

É necessário incorporar na simbologia da posição de classe, além dos procedimentos expressivos, que intencionalmente manifestam a posição social do indivíduo, assim como o conjunto de atos sociais que não dependem da vontade individual, e que mostram aos outros a posição do indivíduo dentro da sociedade. As distinções simbólicas ocorrem dentro de limites determinados e estabelecidos por coerções econômicas, que privilegiam um grupo mais favorecido economicamente. As ações direcionadas para fins econômicos jamais são destituídas de funções simbólicas (BOURDIEU, 2009).

Os indivíduos têm suas ações submetidas, conscientes ou inconscientes, aos ditames sociais, mesmo havendo margem de escolha, o meio social em que estão inseridas determina, na sua maioria, seus gostos e preferências (MOREIRA, 2011). Na visão de Bourdieu, *habitus* é definido como um sistema, onde disposições duráveis e transponíveis, juntamente com percepções e experiências passadas permitem ao indivíduo realizar tarefas diferenciadas,

como o ato de consumir, como consequência de padrões comportamentais incorporados do meio social em que vive (MOREIRA, 2011).

Ao longo do tempo, o ato de consumir deixou de ser apenas um ato de satisfação das necessidades individuais para se tornar atualmente uma resposta à sociedade, de forma a mostrar qual grupo ou classe social o indivíduo está inserido. Este caráter multifacetado do consumo deu origem a um aumento da procura por crédito, pois através dele existe a possibilidade do indivíduo aceder a uma série de bens e serviços, os quais muitas vezes não correspondem à sua posição de classe (MOREIRA, 2011).

## 2.4 CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO

O crédito assume o papel importante como estimulador do crescimento econômico, financiando a atividade econômica, uma vez que o de longo prazo possibilita às empresas empreenderem em uma escala maior, assim como proporciona às famílias uma elevação do consumo de bens e serviços, se associado a situações favoráveis do emprego e da renda, tendo como efeito, além do aquecimento da demanda agregada, mudanças no padrão de bem-estar das famílias (LAVINAS; FERRAZ; VEIGA, 2010).

A criação de crédito bancário pode afetar a repartição do rendimento real entre os diferentes agentes econômicos, pois a concessão do crédito tende a elevar a produção, aumentar o valor da produção marginal medida em unidade de salário e elevar a unidade de salário em termos de moeda (KEYNES, 2012).

A demanda de crédito possui uma forte correlação com as decisões de consumo dos agentes econômicos, que em determinado momento os gastos podem superar a renda corrente surgindo a necessidade de maior recurso para financiá-los (KEYNES, 2012). O crédito passou a ser integralmente aceito e avaliados de maneira positiva na sociedade, pelo fato de permitir de forma imediata à obtenção de bens e serviços (MOREIRA, 2011).

As decisões de gastos são tomadas de forma autônoma com base na disponibilidade de recursos próprios ou de terceiros (KEYNES, 2012). Assim como as expectativas e a incerteza orientam as decisões de preferência ou não pela liquidez por parte dos bancos, estes fatores influenciam as decisões de gasto dos consumidores, pois estão relacionados principalmente ao volume de renda futura, tornando-se fundamentais para tomada de decisão sobre o crédito (PAULA, 2006). Estes fatores condicionam o comportamento dos agentes que em períodos de menor (maior) instabilidade macroeconômica associados à redução (aumento) da incerteza

tornam-se mais otimistas (pessimistas) e tendem a elevar (reduzir) seus gastos (KEYNES, 2012).

Tratando-se de decisões financeiras, escolhas tomadas de forma errada acabam comprometendo o bem-estar da família ou indivíduo e os seus objetivos de longo prazo. Assim como destacam Oliveira e Jesus (2015), a ação de endividamento através da contratação de crédito para consumir ou adquirir diversos bens ou serviços é considerado atualmente com um ato de decisão corrente.

A presença deste instrumento financeiro nas nossas vidas suscita, antes, durante e depois do seu uso, diferentes tipos de “ferramentas ou mecanismos mentais” (por ex. expectativas, hábitos, emoções, raciocínios, entre outros) que num funcionamento, por vezes complexos, conduzem a comportamento e resultados, cujas consequências, controlamos apenas parcialmente, ou não controlamos de todo (OLIVEIRA; JESUS, 2015, p. 68).

As heurísticas, “procedimentos mentais que simplificam e facilitam o processo de decisão, e que substituem a tomada de decisão assente no cálculo de custos e benefícios”, possuem um papel chave no processo de decisão. Porém há situações em que a utilização de heurísticas acaba induzindo o indivíduo a comportamentos que se distanciam da ação considerada mais adequada, apenas baseando-se em informações realmente disponíveis e as condições deste na tomada de decisão (SANTOS, 2015, p. 48).

As pessoas tendem a atribuir um peso excessivo à informação mais recente e mais facilmente acessível na memória, desconsiderando outros elementos de que dispõem que até podem ser mais relevantes (heurística da disponibilidade), ou tendem a ser mais influenciadas por informações que parece confirmar estereótipos, mesmo quando estes caracterizam pouco frequentes (heurística da representatividade) ou convicções prévias (heurística da confirmação). (SANTOS, 2015, p. 48).

A incerteza e ambiguidade presentes na decisão sobre o crédito podem desenvolver nos indivíduos um comportamento míope, “no qual o benefício imediato, ganha especial saliência em detrimento dos custos associados, porque o benefício é facilmente compreensível, enquanto o custo é algo que não é claramente discernível no momento da decisão” (SANTOS, 2015, p. 51). Ao assumir o crédito, como solução para aquisição imediata (ou quase imediata) de determinado bem ou serviço, o consumidor tende a firmar sua atenção para o valor das parcelas, uma variável de fácil avaliação sendo relacionada diretamente a renda mensal, negligenciando outras variáveis como a taxa de juros e a duração do crédito, as quais condicionam o custo total da dívida (OLIVEIRA; JESUS, 2015).

Os indivíduos habitualmente reagem de maneira diferenciada quando a exposição dos ganhos é mais saliente do que a exposição das perdas envolvidas, assim como também resistem a abrir mão de algo que possuem independente de seu valor, sendo ele objetivo ou subjetivo, este último conhecido como efeito dotação (SANTOS, 2015).

O fator tempo cumpre um papel importante na decisão do crédito, pois o pagamento do bem ou serviço será para além da sua aquisição, prolongando-se por meses ou anos (OLIVEIRA; JESUS, 2015). O intervalo entre consumir e pagar que o crédito proporciona, torna as famílias vulneráveis a acontecimentos futuros, que podem vir a comprometer a capacidade de pagamento da dívida (SANTOS, 2015), como a perda do emprego, a deterioração das condições de trabalho (redução de horas extras, cortes salariais, etc.), doenças do indivíduo ou familiares, ou divórcio (FRADE, 2015).

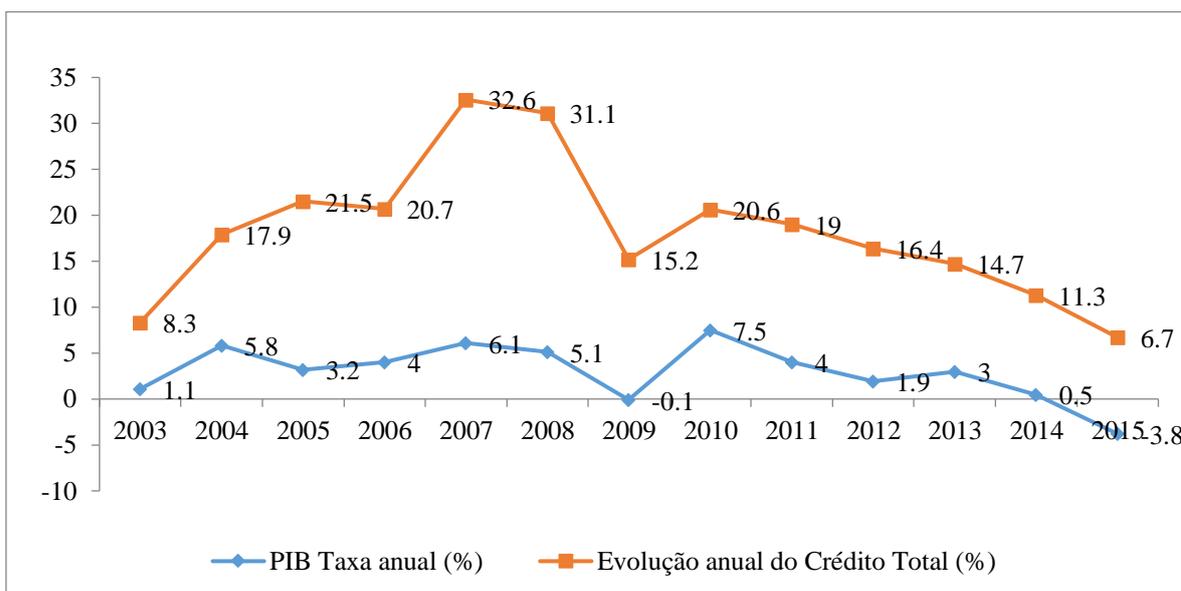
A compra a crédito, que permite às famílias obterem bens de maior valor com pagamento a prazo, comprometendo uma parte de sua renda no pagamento das parcelas da dívida, empenha também as decisões futuras da família, podendo gerar uma situação de inadimplência das mesmas (BORTOLUZZI et al, 2015). A análise sobre o endividamento das famílias, fato ocorrido pelo acesso ao crédito, deve considerar as transformações culturais, as modificações das normas de consumo, assim como o papel do Estado e das próprias famílias ou indivíduos em um contexto social e econômico cada vez mais financeiro (SANTOS; COSTA; TELES, 2013).

As teorias descritas acima nos proporcionam um melhor entendimento para avaliar a expansão do crédito na economia, o qual foi utilizado como propulsor do aumento do consumo das famílias, assim como sobre as mudanças pelas quais passaram essas famílias brasileiras, no período proposto para a análise, que deram origem a uma suposta mudança na estrutura social do Brasil, decorrentes principalmente pelo aumento do poder de compra da população de menor renda, através de políticas sociais de distribuição de renda e creditícias. O capítulo a seguir apresentará a evolução do crédito no Brasil durante os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o da presidente Dilma Roussef, até o ano de 2015. Descrevendo as transformações do mercado de crédito na economia brasileira, no período 2003-2015.

### 3 A EXPANSÃO DO CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2003 A 2015

Nas últimas décadas, observou-se uma evolução no mercado de crédito brasileiro como reflexo de modificações na estrutura e na forma de atuação do Sistema Financeiro Nacional, gerada essencialmente a partir do contexto macroeconômico e da adoção de políticas econômicas. O crédito como suporte à atividade econômica possui um papel importante na estratégia de desenvolvimento econômico de um país (LAVINAS; FERRAZ; VEIGA, 2010). A expansão observada no mercado de crédito, tanto em níveis absolutos, como em comparação ao PIB está relacionada de diferentes maneiras com a dinâmica da economia brasileira e mundial. Durante o período de 2003 a 2015, a economia brasileira apresentou momentos de crescimento e de arrefecimento da atividade econômica, condicionando a evolução do crédito, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1- Evolução anual do PIB e do Crédito Total de 2003-2015(%)



Fonte: BCB, elaboração própria.

A economia brasileira de 2001-2003 apresentou uma desaceleração da atividade econômica, registrando uma média anual de 1,7%. Já no período 2004-2008, essa economia cresceu a uma taxa média anual de 4,8%, voltando a desacelerar em 2009, como consequência dos desdobramentos da crise financeira global, porém o PIB volta a crescer rapidamente em 2010 a ritmo “chinês” de 7,5%. Em 2011-2014 o crescimento econômico desapontou, desacelerando novamente, registrando uma taxa média anual de 2,3% (FILHO: PAULA,

2016), esta desaceleração foi progressiva até 2015, quando a economia brasileira entra em um cenário de recessão econômica registrando um PIB negativo de -3,8%.

Esse movimento “stop-and-go” pode ser explicado pela ótica externa – crescimento interno muito dependente da conjuntura econômica internacional, especialmente quando ocorre aumento na demanda de commodities – e pela ótica interna – expansão do crédito doméstico com o objetivo de aumentar a produção e o consumo, como foi o caso da política econômica anticíclica adotada para enfrentar a crise financeira global, e controle rígido da inflação, via uma política monetária restritiva, com elevação das taxas de juros (MATTEI; MAGALHÃES, 2011, p. 145)

O papel do crédito nas economias modernas de mercado está associado não somente a corrigir imperfeições de mercado, mas a assumir o papel de propulsor da atividade econômica. Ao adiantar poder de compra aos agentes econômicos, através dos intermediários financeiros, o crédito viabiliza as decisões de investimento e consumo, relacionando-se diretamente com as alterações que ocorrem na atividade econômica (CUNHA; SILVA; LÉLIS; LOPES, 2016). Eventos como modificações na renda nacional, na taxa de desemprego, adoção de políticas e programas sociais e distúrbios internacionais, como a crise financeira *subprime* de 2008 e a crise do Euro a partir de 2011, influenciaram fortemente a dinâmica da economia brasileira de 2003-2015, alterando o comportamento da oferta de crédito. A descrição da evolução do crédito no Brasil será dada em períodos: 2003-2008 e 2009-2015, destacando o ano de 2008 como um ponto de inflexão. Para isso, serão utilizados dados e informações disponíveis nos relatórios anuais disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BCB) para o período proposto de 2003-2015.

### 3.1 A EXPANSÃO DO CRÉDITO DE 2003-2008 NO BRASIL – COMO CONSEQUÊNCIA DA ESTABILIDADE DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS

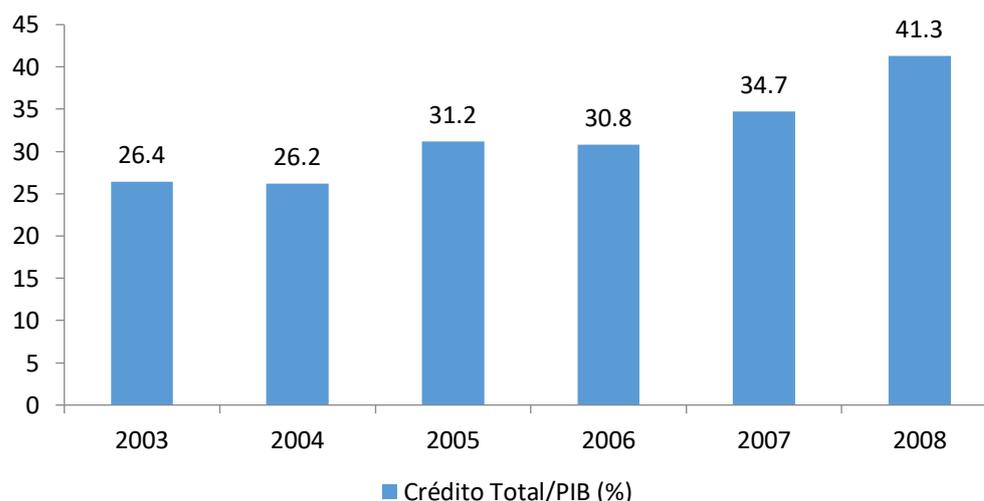
Um novo ciclo de expansão da oferta de crédito na economia brasileira teve início no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, após apresentar um quadro de estagnação do mercado de crédito durante boa parte das décadas de 1980 e 1990 (MARTINS; FERRAZ, 2011). O processo de transição política no Brasil trouxe um cenário de instabilidade econômica, impactando negativamente as expectativas dos agentes financeiros, pois havia uma desconfiança sobre as políticas que seriam adotadas por Lula e sobre os limites na oferta de crédito externo para o país (BCB, 2003). Com a garantia de que não haveria mudanças nas políticas adotadas pelo novo governo, o qual assumiu o compromisso de manter o chamado tripé econômico - superávit primário, câmbio flutuante e

metas de inflação – o que resultou na confiança ao novo governo e proporcionou ao Brasil uma menor volatilidade macroeconômica, criando um ambiente favorável, tanto em relação à liquidez dos países periféricos, como também em relação ao comércio exterior, isso fez com que os bancos redefiniram suas estratégias, dando prioridade à expansão do crédito (FREITAS, 2009).

Os resultados positivos nas contas externas do país, impulsionadas pelas políticas expansionistas dos Estados Unidos e pelo programa público de investimento chinês, que aumentaram os níveis de consumo e comércio no mundo inteiro, elevando as exportações brasileiras, contribuíram para estabilidade econômica e para expansão do crédito no país (MARTINS; FERRAZ, 2011). Foi então no final de 2003 e início de 2004 que a economia brasileira começou a apresentar uma significativa elevação na concessão de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para produção e consumo, esse crescimento se deu de forma mais robusta e sustentável sinalizando a ampliação e o aprofundamento do mercado de crédito no Brasil (LAVINAS; FERRAZ; VEIGA, 2010).

Um dos principais fatos a ser destacado foi a rápida expansão do crédito em relação ao PIB, que passa de 26,4% em 2003 para 41,3 em 2008, um aumento de quase 60% em apenas quatro anos (Gráfico 2).

Gráfico 2- Relação crédito/PIB no Brasil de 2003-2008 (%)



Fonte BCB, elaboração própria.

O crescimento acentuado do crédito em relação ao PIB reflete a resposta do sistema bancário doméstico aos eventos macroeconômicos e as políticas adotadas no período. O

ambiente econômico favorável criado a partir de 2004 proporcionou a redução da preferência pela liquidez do sistema bancário, impactando de forma positiva as expectativas dos agentes econômicos, associado a isso houve a elevação dos níveis de emprego e renda, o que contribuiu também para a expansão da oferta de crédito (PAIM, 2013).

A redução das incertezas do mercado a partir de junho de 2003, [...] comprovadas pela retração dos juros no mercado futuro, pela estabilidade cambial e pela convergência das expectativas de inflação para a trajetória das metas estabelecidas, foram criadas as condições para flexibilização da política monetária. Esse contexto possibilitou o recuo das taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro, estimulando, sobretudo, o crescimento das carteiras de crédito nos últimos meses do ano. Ao mesmo tempo, foram implementadas medidas para ampliar e facilitar o acesso da população ao crédito e reduzir *os spreads* bancário, destacando-se as operações de microcrédito, de aprimoramento das cooperativas de crédito e de empréstimos consignados em folha de pagamento (BCB, 2003, p. 63)

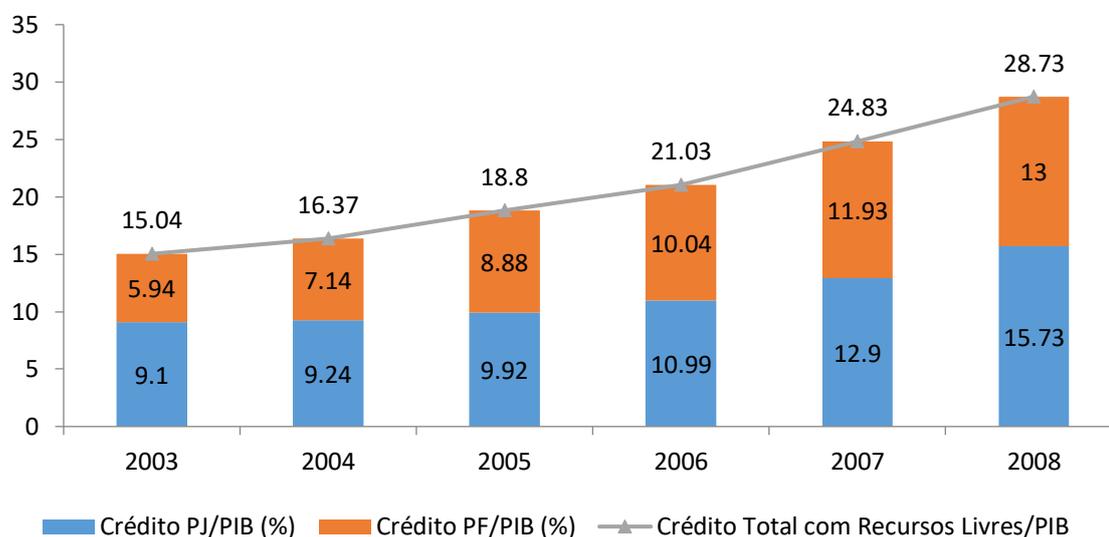
A liberação das linhas de crédito consignado e do microcrédito pelo governo, possibilitou a redução dos *spreads* bancários, destacando que são linhas de crédito que possuem taxas de juros mais baixas do que as que são praticadas no mercado financeiro (MARTINS; FERRAZ, 2011). A ampliação de crédito livre<sup>2</sup> destinado à pessoa física foi acompanhada pelo aumento expressivo de agências bancárias, assim como pelo aumento da participação de lotéricas que assumiram funções bancárias controladas pela Caixa Econômica Federal (CEF), realizando pagamentos de boletos, liberação de empréstimos consignados, saques e abertura de contas (PAIM, 2013).

A preferência das instituições financeiras em conceder crédito à pessoa física está associada à facilidade de análise das condições de crédito do tomador, comparado ao crédito às pessoas jurídicas. Além disso, o crédito às pessoas físicas possuem taxas de juros mais elevadas do que as do crédito destinado às empresas, proporcionando aos bancos uma maior rentabilidade (PRATES; BIANCARELLI, 2009). Em 2003, o crédito destinado à pessoa física era de R\$ 88,1 bilhões, atingindo em 2008 o total de R\$ 389,5 bilhões. As operações que mais impulsionaram este desempenho foram às vinculadas ao crédito pessoal (consignado e não consignado), as operações para aquisição de veículos e as compras à vista com cartão de crédito (BCB, 2008). Pode-se admitir que o aumento observado no segmento de crédito à pessoa física está fortemente relacionado com as melhores condições apresentadas neste período pelo lado da demanda, destacando a ampliação do emprego e da renda a população (MARTINS; FERRAZ, 2011).

---

<sup>2</sup>Crédito com recursos livres são contratados com taxas de juros pactuadas entre o tomador e a instituição financeira. Destacam-se dentro deste segmento as operações com cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, capital de giro e aquisição de bens (BCB, 2017).

Gráfico 3- Participação do crédito com recursos livres destinado à pessoa física (PF) e o destinado à pessoa jurídica (PJ) no total do crédito do Sistema Financeiro Brasileiro em % do PIB (dez/2003 - dez/2008)



Fonte: BCB, elaboração própria.

A ampliação da oferta de crédito através dos recursos livres foi absorvida tanto pelas pessoas físicas como pelas pessoas jurídicas (MORA, 2015). Sendo que o crédito destinado às pessoas físicas apresentou um crescimento mais acentuado, passando de 5,94% em 2003 para 13% em 2008 do crédito total com recursos livres em porcentagem do PIB. Nos anos de 2007 e 2008, observou-se uma intensificação dos empréstimos destinados à pessoa jurídica, apresentando um crescimento de 12,9% para 15,73% dos recursos livres totais em percentual do PIB. O setor empresarial apresentou maior crescimento na contratação de crédito nas operações de capital de giro e crédito para investimento (Gráfico 3).

Em um cenário macroeconômico com perspectiva de expansão, a oferta de crédito foi liderada pelos bancos privados, os quais tiveram uma postura mais agressiva no mercado de crédito do que os bancos públicos, e com isso aumentaram a sua participação na oferta de crédito até o ano de 2008 (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

Os bancos privados se beneficiaram de uma demanda crescente por empréstimos, diante da queda do desemprego e o aumento do emprego formal, da elevação dos rendimentos reais, do crescimento do salário mínimo e a expansão das políticas de transferência de renda que beneficiou os indivíduos na base da pirâmide social (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 1)

Conforme dados divulgados pelo BCB (2006), as operações de crédito classificadas por controle de capital (bancos privados nacionais e estrangeiros), atingiram em 2006 o total de 41,3% e 18,8% do total de crédito do Sistema Financeiro Nacional. No ano de 2007, este percentual se elevou respectivamente para 43,8% e 22,1%. As instituições públicas também apresentaram crescimento de 18,7% comparado ao ano anterior, totalizando 34,1% em 2007 do total da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (BCB, 2007).

O aumento da participação dos bancos públicos no ciclo de expansão do crédito foi intensificado a partir de 2008, com o aprofundamento da crise financeira mundial. O governo brasileiro adotou políticas (monetária, fiscal e creditícia) anticíclicas de estímulo ao consumo e ao investimento, utilizando os bancos públicos e direcionando a oferta de crédito (MORA, 2015).

### 3.2 O PONTO DE INFLEXÃO – O ANO DE 2008

Em 2008, a economia brasileira apresentou dois períodos distintos em relação ao comportamento da atividade econômica. Nos três primeiros trimestres do ano, a economia brasileira mostrou um crescimento elevado, sustentado pelo aumento do consumo e do investimento privado (BCB, 2008). A partir de setembro de 2008, os efeitos negativos da crise internacional, que teve início nos Estados Unidos e que logo se propagou para a economia global, começaram a ser sentidos na economia brasileira de maneira mais acentuada, através da forte e rápida reversão nos fluxos de capitais estrangeiros e pela contração do mercado de crédito, impactando diretamente os canais de crédito nacionais e internacionais, deteriorando as expectativas dos agentes econômicos e promovendo uma significativa desaceleração no consumo e no investimento (FILHO; PAULA, 2016).

A redução da liquidez, enfrentada pela economia brasileira e o arrefecimento das operações de crédito destinado às pessoas físicas (BCB, 2008), provocou mudanças no mercado de crédito. As principais modificações observadas no comportamento do crédito estão relacionadas à redução de financiamentos por parte dos bancos privados nacionais e internacionais, que afetou de maneira negativa a economia brasileira (PAIM, 2013). Decorrente principalmente da subordinação dos bancos privados à lógica da valorização da riqueza, observado através da elevação da preferência pela liquidez em cenário de deterioração das expectativas. O aumento a preferência pela liquidez faz com que estas instituições não atuem espontaneamente em setores/atividades importantes para o

desenvolvimento econômico e social, passando para os bancos e instituições financeiras públicas, o papel central da expansão do crédito (FREITAS, 2010).

O repentino corte nas concessões de crédito pelos bancos privados nacionais e estrangeiros, considerado o estopim da crise no Brasil, resultado do aumento da incerteza decorrente da instabilidade do cenário externo, agravado pela falência do Banco Lehman Brothers e internamente afetado pelas perdas ocasionadas aos agentes que estavam expostos em derivativos<sup>3</sup>, consequência da desvalorização cambial, fez com que o governo brasileiro adotasse várias medidas para evitar um transbordamento da crise em esfera financeira para a economia real (AFONSO, 2011). Na tentativa de amenizar a redução do crédito dos bancos privados nacionais, o governo fez uso dos bancos públicos com objetivo de suprir a demanda por crédito do mercado, atuando de forma anticíclica para reverter o cenário de instabilidade (MORA,2015).

Os bancos públicos possuem um papel historicamente importante no Brasil enquanto poderoso instrumento de intervenção do estado na economia. Em verdade diante da atuação pró-cíclica dos bancos privados, a existência de bancos públicos sólidos e capazes de influenciar o mercado se mostra fundamental para a maior resiliência do sistema financeiro, bem como para evitar retrações possivelmente evitáveis dos níveis de renda e emprego (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p.16)

O objetivo da política creditícia no Brasil, juntamente com a política monetária e fiscal é o de reduzir os efeitos negativos da crise, estimulando o crescimento dos componentes da demanda agregada, principalmente o investimento e o consumo. A intervenção do Estado na economia, em um contexto de crise, no qual se observa a deterioração das expectativas e o aumento da incerteza dos agentes econômicos em relação ao futuro, deve direcionar-se a retomada da confiança, utilizando de maneira coordenada políticas econômicas para ordenar e regular o sistema econômico (KEYNES, 2012).

A política fiscal adotada no Brasil se diferenciou da utilizada pelos outros países, principalmente os emergentes, sendo que no Brasil foi feita mais como suporte à creditícia, e não somente como estímulo direto à economia. A concessão de crédito por parte do Tesouro Nacional direcionada aos bancos públicos, baseada na emissão de títulos do governo foi uma das principais formas de atuação da política fiscal, crucial para expansão do crédito, moldando posteriormente o crescimento da economia brasileira (AFONSO, 2011). O provimento de liquidez aos bancos públicos possibilitou a manutenção da oferta de crédito, frente à redução da oferta do setor privado, atuando também de forma anticíclica, sendo esta

---

<sup>3</sup>“Empresas brasileiras, especialmente exportadoras, realizaram contratos de derivativos de balcão, tanto no mercado interno quanto no externo. Estes contratos de altíssimo risco asseguravam ganhos se a taxa de câmbio se circunscrevesse a uma determinada faixa” (MORA, 2015, p. 37).

uma função crucial em momentos de desaceleração da economia, representando uma fonte estável de recursos ao setor produtivo e atividade de caráter social (FREITAS).

O Banco Central do Brasil (BCB) adotou política monetária expansionista, visando atenuar os efeitos da redução do crédito externo sobre a economia, diminuindo a exigência sobre depósitos compulsórios dos bancos, criando operações de crédito em moeda estrangeira para empréstimos do comércio exterior, reduzindo posteriormente a taxa de juros básica da economia, numa tendência de comportamento adotado por várias outras economias. Destacando que a manutenção da taxa de juros alta até início de 2009 foi a nota destoante, contrastando com as políticas anticíclicas (fiscal, cambial e creditícia) então adotadas para reverter o quadro recessivo (PAULA, 2014), visto que elevadas taxas de juros podem inibir os investimentos produtivos e a contratação de crédito para consumo. A política monetária atua indiretamente sobre a demanda efetiva, impactando inicialmente as condições de liquidez do mercado monetário, e posteriormente influenciando as expectativas e decisões dos agentes (TERRA; FILHO, 2014). O Banco Central do Brasil (BCB) adotou uma postura mais ativa no mercado cambial (ALVES. VERISSÍMO, 2010).

Com a finalidade de sustentar a expansão do crédito, já em curso na economia brasileira, minimizando os impactos da crise financeira de 2008 sobre o lado real da economia, o governo federal privilegiou a atuação dos bancos públicos, especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil (BB). Além de atuarem como bancos de fomento, sendo o BNDES um dos maiores do mundo e o principal no Brasil, o BB e a CEF, atuantes na oferta de crédito para habitação e crédito rural, atuaram também no fornecimento de crédito aos setores industriais, de comércio e serviços, na modalidade de capital de giro, assim como crédito para o consumo (MORA, 2015).

Neste processo de expansão do crédito, a participação dos bancos públicos na estratégia de reverter o cenário de crise presente na economia brasileira foi fundamental, atuando de maneira anticíclica, impulsionando setores vitais para a atividade econômica. A intervenção do Governo Federal no mercado de crédito, através dos bancos públicos, manteve o processo já em curso de expansão do crédito, reduzindo os efeitos negativos da crise sobre o lado real da economia ao mesmo tempo suavizando o processo de deterioração das expectativas, e, com isso, evitou a desaceleração da atividade econômica de forma mais intensa (MORA, 2015).

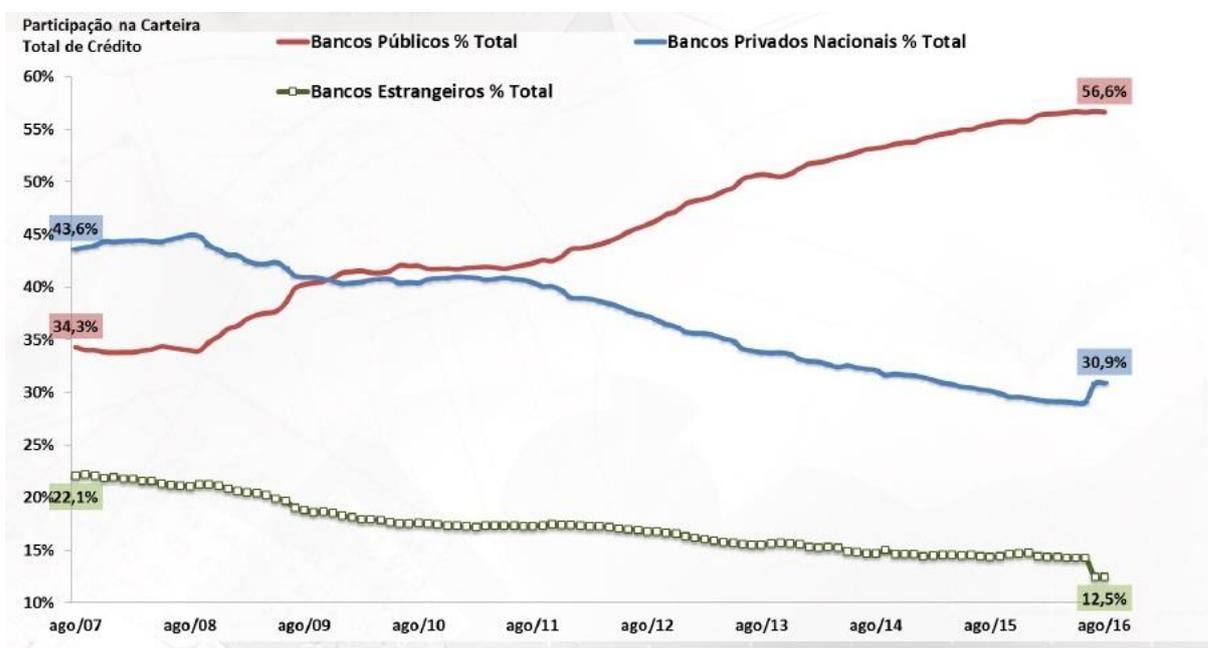
### 3.3 A EVOLUÇÃO O CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2009-2015

O governo brasileiro conseguiu êxito na recuperação da atividade econômica, já em meados de 2009, após sinalizar rapidamente seu objetivo, de maneira clara, evitando o aprofundamento da crise (FILHO; PAULA, 2016). A intervenção do Estado via bancos públicos, com objetivo de financiar o setor produtivo nacional, assim como o consumo das famílias, contribuiu para que o Brasil amenizasse os efeitos negativos, tornando-se entre os países “emergentes” o que menos foi afetado (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

Os bancos públicos aumentaram a sua representatividade no mercado e crédito, intensificando o ritmo de expansão das operações de crédito, principalmente nas operações com recursos direcionados (OLIVEIRA; WOLF, 2016). Atuando de forma anticíclica, sendo esta uma função crucial em momentos de desaceleração da economia, representando uma fonte estável de recursos ao setor privado e atividade de caráter social (FREITAS, 2010). O aumento da participação dos bancos públicos somente ocorreu após o Tesouro Nacional fazer um aporte inicial de R\$ 100 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que possibilitou aos bancos públicos inverterem a tendência do crédito e terem uma postura mais agressiva no mercado, retomando as concessões e acelerando principalmente o consumo (AFONSO, 2011).

De acordo com dados disponibilizados nos Relatórios Anuais do Banco Central do Brasil a representatividade dos bancos públicos no total da carteira do sistema financeiro aumentou de 34,3% em 2007 para 56,6% em 2015. Enquanto o crédito privado nacional passou de 43,6% em 2007 para 30,9% em 2015, o crédito privado estrangeiro passou de 22,1% em 2007 para 12,5% em 2015. A mudança observada no panorama do crédito, (Gráfico4), de aumento da participação dos bancos públicos fez parte da estratégia de restabelecimento da atividade econômica no país, o que impediu uma crise de solvência na economia brasileira com consequências desastrosas no mercado de crédito (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

Gráfico 4- Evolução do crédito total por controle de capital - público e privado (nacional e estrangeiro) de 2007- 2015



Dados: Banco Central

Fonte: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (2016)

O objetivo do governo com o direcionamento da oferta de crédito era estimular setores fundamentais para a economia, como o setor industrial através essencialmente do BNDES, o setor rural utilizando em especial o Banco do Brasil e o setor habitacional com maior participação via Caixa Econômica Federal<sup>4</sup>. Os bancos privados possuem baixa atuação na oferta de crédito a esses segmentos, “seja porque suas fontes de captação de recursos são de curto prazo ou pela existência de alternativas de aplicação de recursos que garantam alta rentabilidade e baixo risco, em prazos mais curtos” (DIEESE, 2014, p.5).

Em 2007, período anterior a crise, a taxa de crescimento real do estoque de crédito dos bancos públicos, destinado ao setor industrial era de 14,48% passando para 20,43% em 2009. No setor rural este crescimento foi de 1,61% em 2007 para 9,49% em 2009. Já no setor habitacional registrou-se uma maior elevação de 15,86% em 2007 para 54,21% em 2009, essa medida adotada pelo governo mostra o caráter anticíclico do crédito (IPEA, 2011).

Além das primeiras políticas adotadas, de caráter emergencial, o governo a partir de 2009 lançou mais um pacote de medidas de estímulo à produção e ao consumo. As principais foram a redução do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para eletrodoméstico,

<sup>4</sup>Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal atuam como bancos comerciais. Pois são autorizados a captarem recursos junto ao público e não somente via emissão de papéis no mercado, isso auxiliou na capacidade de reação dos bancos públicos (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

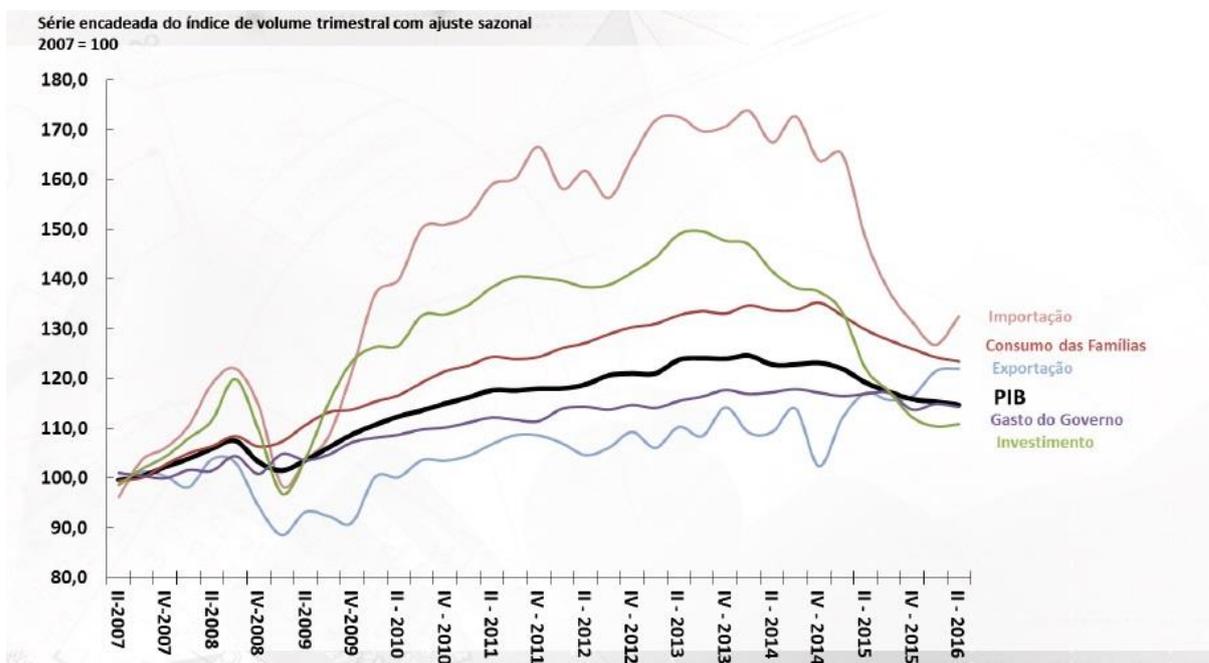
automóveis e produtos para a construção civil; a criação do programa de habitação popular (Minha Casa, Minha Vida) e modificações no período de concessões do seguro-desemprego, na tentativa de reverter o cenário recessivo (PAULA; PIRES, 2017).

Em resposta à restauração da confiança dos agentes e à ampliação do nível de utilização da capacidade instalada da indústria, o investimento cresceu de 17% do PIB (1º semestre de 2009) para 20,5% no 3º trimestre de 2010. As exportações foram favorecidas pela forte melhora nos termos de troca, devido principalmente à retomada da economia chinesa em 2009 e à recuperação da economia mundial em 2010 (PAULA; PIRES, 2017).

A retomada do crescimento econômico no Brasil, que sucedeu um breve período recessivo, foi resultado do bom desempenho da demanda interna (Gráfico5), impulsionada pelas melhores condições de crédito e a retomada da confiança dos agentes econômicos, dando origem ao um novo ciclo de expansão da atividade econômica (BCB, 2009). Cabe ressaltar que as políticas anticíclicas adotadas pelo governo, foram favorecidas por uma combinação de fatores, resultados de decisões tomadas anteriormente, como uma maior autonomia de política econômica juntamente com uma modificação na posição líquida do setor público em moeda estrangeira o qual passou de devedor a credor. Assim como o efeito positivo da desvalorização cambial e o novo boom dos fluxos de capitais para o Brasil, decorrente da diferença entre taxa de juros doméstica e estrangeira, depreciando a moeda brasileira. Outro fato que favoreceu o estímulo dado ao consumo foi o baixo grau de endividamento das famílias, sendo que, em 2008, a razão entre endividamento e renda acumulada era de 38%, considerando os últimos 12 meses (FILHO; PAULA, 2016).

Em 2010, a economia brasileira apresentou crescimento anual o PIB de 7,5%, em um ambiente de recuperação do emprego e da renda, com elevação do crédito e do grau de confiança dos agentes econômicos, tanto empresários como consumidores. Desde 1986, o PIB não registrava um crescimento tão significativo. Os investimentos cresceram 21,8%, com destaque para o desempenho da construção civil, assim como a absorção de bens de capital, tal como o consumo das famílias que cresceu 7%, como reflexo do aumento da massa salarial e das operações de crédito. As exportações registraram crescimento de 11,5% enquanto as importações cresceram 36,2%, portanto o setor externo contribuiu de maneira negativa, consequência do diferente ritmo de crescimento da economia brasileira em relação a economia internacional (BCB, 2010).

Gráfico 5- PIB trimestral - Pelo Lado da Demanda (2007-2015)



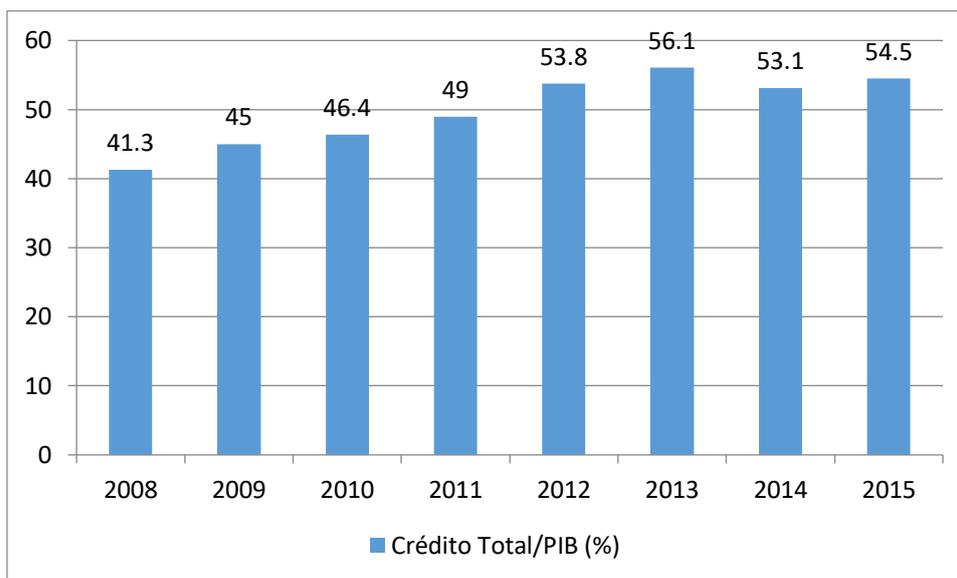
Dados: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais.

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2016).

De acordo com dados disponibilizados nos relatórios anuais do Banco Central do Brasil, o volume total de crédito no SFN seguiu a trajetória de expansão, registrando em 2009 o valor de R\$ 1.414 bilhões, passando para R\$ 2.030 bilhões em 2011, atingindo em 2015 o total de R\$ 3.219 bilhões. A relação crédito/PIB durante o período proposto passou de 41,3% em 2008 para 49% em 2011, atingindo 54,5 % em 2015. Acompanhando a trajetória de expansão da relação crédito/PIB, percebe-se que não ocorreu de forma tão significativa como no primeiro período analisado, pois de 2009 a 2015, o aumento observado foi menor que 30%, praticamente a metade da expansão que ocorreu de 2003 a 2008 (gráfico 6).

No final de 2010, o Sistema Financeiro apresentou um alto nível de liquidez, o governo adotou medidas de controle de capitais e elevação da alíquota do recolhimento compulsório, revertendo às medidas adotadas em 2008, com objetivo de diminuir o risco sistêmico, decorrente da rápida elevação da oferta de crédito no Brasil (PAULA; PIRES, 2017).

Gráfico 6- Evolução do crédito/PIB (2008-2015)



Fonte: BCB, elaboração própria.

O governo Dilma assumiu em 2011 em um cenário internacional desfavorável, “marcado pela gradual piora no cenário internacional devido à crise do Euro, à fraca recuperação norte- americana e à desaceleração dos países emergentes” (PAULA; PIRES, 2017, p. 129). O elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 não se repetiu em 2011 que registrou uma taxa anual de 4%, reflexo das ações políticas adotadas desde o final de 2010.

A economia brasileira moderou a expansão em 2011, após crescimento vigoroso no ano anterior. Essa evolução mostrou-se compatível com as ações de políticas implementadas desde o final de 2010 e com cenário de deterioração do ambiente econômico internacional, em especial a partir do segundo semestre do ano. Neste contexto, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou expansão anual de 2,7% em 2011, ante 7,5% em 2010. (BCB, 2010, p. 1)

Os novos incentivos proporcionados pelo governo destinados ao consumo e ao investimento, evidenciados a partir de 2011, proporcionaram condições para manutenção da demanda por novos empréstimos, os quais foram concedidos pelos bancos públicos. Com destaque para as operações de crédito direcionado, feitas pelas instituições públicas na disponibilidade de recursos para projetos de infraestrutura, capital de giro ao setor produtivo, projetos de habitação e aquisições de instituições menores (BCB, 2011).

A participação do crédito com recursos direcionados aumentou de forma mais significativa do que os créditos com recursos livres, segundo dados do Banco Central do

Brasil, as operações contratadas com recursos direcionados totalizou R\$ 356,1 bilhões em dezembro de 2008, aumentando em 2010 para R\$ 589,8 bilhões, atingindo o valor de R\$ 1582,2 bilhões em dezembro de 2015, considerando os recursos destinados às pessoas jurídicas e físicas. As operações com crédito com recursos livres, incluindo as pessoas físicas e jurídicas, apresentaram um crescimento menos intenso, segundo dados do Banco Central do Brasil, neste segmento o valor total em 2008 foi de R\$ 871,2 bilhões, aumentando para R\$ 1116,0 bilhões em 2010, atingindo em dezembro de 2015 o valor de R\$ 1.637,3 bilhões (BCB, 2015).

A expansão do crédito até o ano de 2012 está associada à evolução da demanda doméstica, principalmente pelo consumo as famílias, beneficiada pela dinâmica favorável do mercado de trabalho e pelos melhores índices de confiança dos agentes econômicos (BCB, 2012). Mesmo em condições de elevação da taxa básica de juros e dos spreads bancários, o crédito seguia expandindo-se, favorecido também pela ampliação dos prazos cobrados pelos bancos, resultado do aumento dos prazos de captação, não pela redução relacionada ao custo de oportunidades dos bancos e sim pela relação entre depósitos e às Letras Financeiras e Títulos de Concessão de crédito, reduzindo a importância os depósitos (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

Entretanto, posteriormente, o mercado de crédito apresentou uma sucessiva desaceleração nos saldos de operações com recursos livres a partir do final de 2013, destinados tanto às pessoas físicas como às empresas, em decorrência das expectativas negativas dos agentes econômicos em relação a estabilidade da economia brasileira, reduzindo-se assim a demanda por crédito. O mercado de crédito começa a sentir a deterioração do cenário macroeconômico que prevaleceu sobre os estímulos dados pelo governo a expansão do crédito na economia brasileira. Ocorrendo uma menor propensão não somente pelo lado dos bancos em emprestar recursos, como também das famílias e empresas em tomarem estes recursos, reduzindo assim a demanda por crédito. Resultado do forte ajuste fiscal e monetário adotado pelo governo nos últimos anos, que impactou o crescimento do produto, da renda e do emprego, deteriorando o mercado de crédito brasileiro (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

Ao observar a evolução do crédito na economia brasileira no período 2003-2015, pode-se verificar que houve de 2003-2008 coordenação entre as políticas (fiscal, monetária e creditícia) adotadas de maneira que possibilitou a expansão do crédito, juntamente com a ampliação do emprego e da renda. Destacando a atuação dos bancos privados que lideraram a expansão do crédito. O ano de 2008 foi marcado com a eclosão da crise financeira global, que

impactou diretamente o mercado de crédito. A ação anticíclica do governo em prover liquidez através dos bancos públicos, diante da preferência pela liquidez dos bancos privados, logrou sucesso, retomando o crescimento da economia rapidamente. Porém, a partir de 2011, as políticas adotadas não tiveram os mesmos resultados positivos do período anterior, o que impactou gradativamente a atividade econômica, deteriorando as expectativas dos agentes, juntamente com a redução do emprego e da renda observada na economia brasileira nos últimos anos do período analisado, pode-se perceber que o crescimento dinamizado pela expansão do crédito, como propulsor do consumo e do investimento mostra-se esgotado. Os impactos do processo de expansão do crédito, sobre o consumo das famílias e suas consequências serão descritos no próximo capítulo.

#### **4 O IMPACTO DA EXPANSÃO DO CRÉDITO SOBRE O CONSUMO DAS FAMÍLIAS**

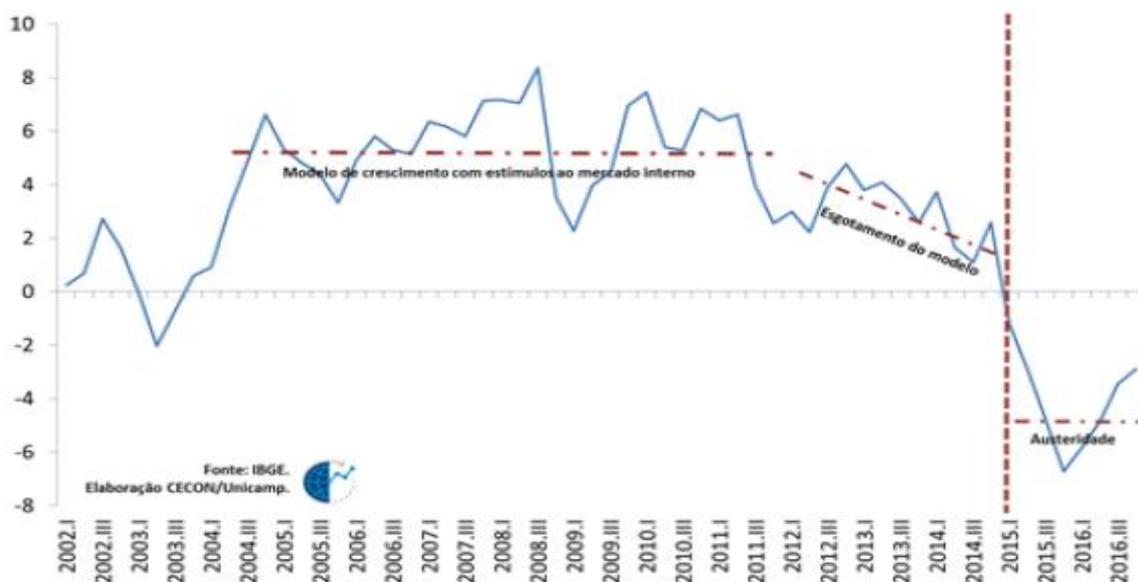
O início do governo Lula (2003) foi marcado por duas decisões que fomentaram o aumento do consumo das famílias, a valorização do salário mínimo e a estruturação do crédito à pessoa física<sup>5</sup> (crédito consignado), estabelecendo garantias aos bancos e ampliando a oferta de crédito. O processo de estímulos ao consumo se intensificou com a mudança na estratégia de política econômica adotada pelo governo a partir do ano de 2005/2006 (SICSÚ, 2017). A nova equipe econômica do governo Lula, mais orientada ao crescimento da demanda interna, adotou algumas medidas com objetivo de impulsionar o consumo, tornando a política econômica mais flexível, aproveitando as condições favoráveis do cenário interno e externo, mantendo ainda as linhas mestras da política do período anterior (MATTEI; MAGALHÃES, 2011). Medidas adotadas como a criação de políticas sociais e de distribuição de renda, a exemplo o programa Bolsa- Família, a promoção do acesso ao sistema bancário da população de baixa renda, como a criação da Conta Fácil da Caixa Econômica Federal, também impulsionaram o consumo, refletindo nos resultados posteriores do país (SICSÚ, 2017).

A economia brasileira apresentou um modelo de crescimento com estímulos à demanda interna, com destaque para o aumento do consumo das famílias, considerado como um símbolo do padrão de crescimento dos governos Lula. Esse processo de crescimento “que partiu do estímulo ao consumo e chegou à realização do investimento e que, posteriormente, se tornou um movimento de estímulo a ambas as variáveis marcou a política econômica da administração Lula no seu segundo mandato” (SICSÚ, 2017, p. 29). O consumo das famílias registrou um crescimento médio de 5,3% entre 2004 e 2010. Entretanto no primeiro governo Dilma, o consumo das famílias mostrou uma clara desaceleração crescendo em média 3,5% (ROSSI; MELLO, 2017), o que pode ser constatado no gráfico 7.

---

<sup>5</sup>O crédito destinado à pessoa física é dentre os segmentos observados anteriormente no mercado de crédito o que mais reflete a possibilidade de endividamento as famílias e as mudanças que ocorreram em relação ao consumo.

Gráfico 7- Evolução do Consumo das Famílias no Brasil de 2002-2016 (variação trimestral)



Fonte: Rossi e Mello (2017).

O aumento do consumo no país foi acompanhado pela elevação da massa salarial<sup>6</sup>, evidenciando melhores condições de emprego e renda. Em 2010 “a taxa real de variação do consumo das famílias no PIB em termos percentuais, registrou um crescimento de 8,4%, o que representou o vigésimo sexto resultado positivo nessa mesma base de comparação” (BCB, 2010, p.4). Uma das políticas que proporcionou um significativo crescimento real da renda, ficando acima da inflação por vários anos, foi a política de valorização do salário mínimo. Essa política acordada em 2007, através de campanhas e negociações das Centrais Sindicais iniciadas em 2004, possui como “critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010”. A adoção dessa política foi um dos fatores fundamentais para a elevação da renda da população mais pobre (DIEESE, 2015, p. 2) (Tabela 1).

<sup>6</sup>A massa salarial consiste na relação entre o produto da remuneração média dos empregados e o número de empregos, portanto, é a relação entre a variação do nível de emprego e a da renda real do trabalhador (DIEESE, 2015).

Tabela 1 - Reajuste do Salário Mínimo no Brasil de 2003-2015

<b>Período</b>	<b>Salário Mínimo R\$</b>	<b>Reajuste Nominal %</b>	<b>INPC %</b>	<b>Aumento Real %</b>
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,0	18,54	1,23
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Janeiro de 2011	545,00	6,86	6,47	0,37
Janeiro de 2012	622,00	14,13	6,08	7,59
Janeiro de 2013	678,00	9,00	6,20	2,64
Janeiro de 2014	724,00	6,78	5,56	1,16
Janeiro de 2015(*)	788,00	8,84	6,23	2,46
<b>Total período</b>	-	<b>294,00</b>	<b>123,17</b>	<b>76,54</b>

Dados estimados para INPC de 2014

Fonte: DIEESE, 2015

A expectativa do consumidor sobre a renda futura é uma variável que impacta as decisões de consumo e de crédito. A valorização do salário mínimo impacta de forma positiva o consumo das famílias. No Brasil, a elevação da renda apresentou um resultado bastante favorável, melhorando os índices de confianças dos consumidores (SBICCA; FLORIANI; JULK, 2012), elevando a propensão ao consumo, favorecendo assim, a expansão do crédito. O papel do crédito ganha destaque na promoção do consumo, “tendo em vista que estímulos decorrentes de aumentos de renda disponível dependem da melhora dos indicadores de emprego e renda” (BCB, 2003, p. 52). Entre 2002 e 2010, o rendimento real cresceu em média 4,9% e a taxa de desemprego apresentou uma redução, passando de 11,7% em 2002 para 6,7% em 2010. No mesmo período a massa salarial registrou um aumento em torno e 30% (FECOMERCIO SP, 2012).

A aceleração do consumo das famílias coincidiu com o período de maior expansão do crédito à pessoa física. Somados a isso, a ampliação de prazos das contratações de crédito, a redução dos juros e dos *spreads* bancários, o maior acesso da população aos serviços

bancários, a mobilidade social e as políticas de distribuição de renda, foram variáveis que estimularam a demanda por crédito destinado à pessoa física, ampliando o consumo. No período 2005 a 2014, “a média de consumo anual de cada brasileiro cresceu 43,0%, em termos reais, enquanto a renda média anual (PIB per capita) registrou acréscimo de 27,1%. Ou seja, mesmo com forte crescimento da renda observado nesse período, o consumo superou sua velocidade de expansão” (FECOMERCIOIRS, 2017, p. 15). O processo de expansão do crédito associado à elevação da renda, que proporcionou capacidade de pagamento do consumidor, beneficiados ainda pela atuação do sistema bancário, os quais abriram novas agências, facilitando a abertura de contas, ampliaram a oferta de empréstimo, e firmaram várias parcerias, principalmente com redes varejistas, com objetivo de facilitar a emissão de cartões de crédito em lojas (GONZALES, 2015), também impulsionaram o aumento do consumo.

Segundo Carvalho et al., (2016) os dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN) mostram o comportamento do consumo das famílias, analisando apenas a evolução do volume dos produtos, apresentam alguns fatos estilizados como:

O produto que mais cresceu em quantidade consumida entre 2000 e 2013 foi a intermediação financeira, que no período estudado obteve um crescimento superior a 217,0%, quando a média de crescimento foi de 64,8%. Outros três setores mantiveram um robusto crescimento em quantidade e ajudaram a explicar em muito a dinâmica de consumo das famílias, assim como o pronunciado processo decorrido da distribuição de renda na última década: material eletrônico e equipamentos de comunicações (crescimento de 210,11% no período); eletrodomésticos (crescimento de 148,43%); e outros produtos industriais de consumo (crescimento de 120,92%) (CARVALHO et al., 2016, p. 18).

A ampliação do crédito para o consumo foi favorecida ainda por políticas de inclusão financeira, adotadas pelo governo, proporcionando o acesso da população de baixa renda ao sistema bancário, o que ampliou consideravelmente o número de pessoas aptas a consumir utilizando o crédito bancário. “O crédito está cada vez mais presente no cotidiano dos brasileiros, servindo a múltiplos objetivos, dentre os quais o principal tem sido, inegavelmente, o consumo das famílias” (GONZALES, 2015, p.31). A possibilidade de consumir bens ou serviços com prazos de pagamento mais longos, fez com que o consumidor ampliasse seu padrão de consumo. Neste caso, o crédito opera como propulsor, proporcionando ao consumidor adquirir bens que antes eram considerados caros e até mesmo supérfluos (FECOMERCIOISP, 2012). Portanto, ocorreu um aumento nas despesas assim

como uma elevação na qualidade dessas despesas, o que pode ser observado a partir de alguns dados da Pesquisa de Orçamento Familiar<sup>7</sup> (POF):

Por exemplo, com a melhora significativa no número de empregados no Brasil as pessoas passaram há diminuir o tempo em casa e, com isso, alimentam-se mais fora de seus domicílios. Para se ter uma ideia, o gasto médio com alimentação fora do domicílio em 2003 era de R\$ 114,59 por mês e passou para R\$ 145,59 em 2009, aumento de 26,6%. Por outro lado, houve redução de 11,4% com alimentação no domicílio, passando de R\$ 361,90 mensais em 2003 para R\$ 320,81 mensais em 2009. As famílias brasileiras gastaram 4,2% a mais na média mensal com carne de boi de primeira e reduziram em 11,8% o dispêndio com frango. Este fato ilustra que as famílias estão se alimentando mais e com melhor qualidade. Outro exemplo deste movimento de melhoria no consumo está na relação entre óleo de soja e azeite de oliva. O primeiro teve seu consumo médio mensal reduzido em 45,5% entre 2003 e 2009, enquanto o segundo teve elevação de 13,8% na comparação com o mesmo período. Não só a alimentação foi melhorada. As famílias também gastaram mais em bens de alto valor aos quais não tinham acesso no início do ano 2000, como aparelho celular, eletrodoméstico e até mesmo automóvel. Devido ao avanço da tecnologia e a valorização do real, houve a redução significativa nos preços destes bens e, concomitantemente, maior facilidade no acesso ao crédito e aumento no poder de compra da população, o que possibilitou tornar bens considerados de elite em bens populares (FECOMERCIO SP, 2012, p. 23).

As mudanças observadas em relação ao consumo mostram o quanto cresceu a capacidade de consumo da população. Sendo que os consumidores agora enfrentam uma menor burocracia na contratação de um empréstimo, além de obterem melhores oportunidades e condições proporcionais a sua capacidade de pagamento. Portanto mostram-se melhores as condições socioeconômicas da população, o que possibilita um maior bem estar, associado à facilidade de aquisição de bens de alto valor agregado, através de diversas formas de pagamento, com expectativas positivas quanto a renda e ao emprego. Este ambiente torna as pessoas mais propensas a contratarem empréstimos de médio e longo prazo, confiando na sua capacidade de quitação destes empréstimos (FECOMERCIO SP, 2012).

Portanto, o aumento do consumo observado na economia brasileira foi impulsionado pelo crédito farto, pela elevação da massa salarial e por políticas sociais. Essas três políticas proporcionaram a milhões de brasileiros a ampliação do seu poder de compra, principalmente dos mais pobres, sendo que a renda desse segmento cresceu de forma mais acelerada do que a renda do segmento mais rico da população, o que proporcionou a expansão e a qualificação do seu padrão de consumo. Esse processo teve como resultado “a redução do percentual da população que se encontrava abaixo da linha de pobreza e que passou a se enquadrar nos estratos superiores de renda” (MERESSI; SILVA, 2016, p. 93). Mesmo com os efeitos

---

<sup>7</sup>“A POF 2009 foi realizada entre maio de 2008 e maio de 2009 com quase 60 mil domicílios entrevistados, nas áreas urbanas e rurais de todas as unidades da Federação” (FECOMERCIO SP, 2012, p. 18).

perversos da crise de 2008, que restringiu o consumo de uma forma geral, não houve um rompimento do ciclo virtuoso observado no Brasil de redução das desigualdades sociais, o que foi favorecido principalmente pela estabilidade econômica presente na economia brasileira até meados de 2011 (FECOMERCIO SP, 2012).

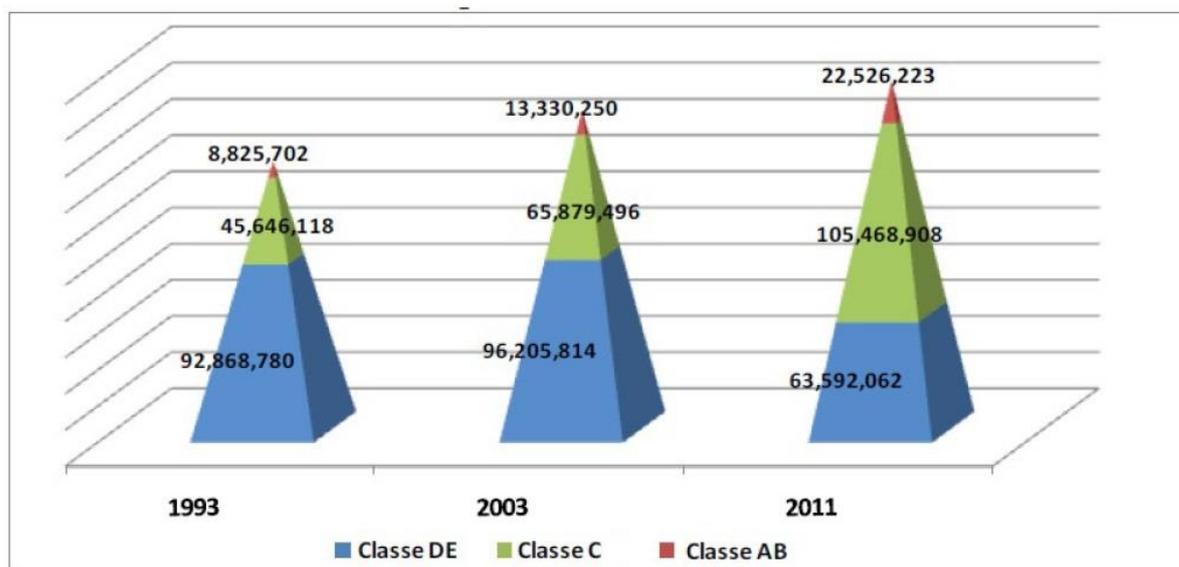
#### 4.1 MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA E MODIFICAÇÕES NO PADRÃO DE CONSUMO

As políticas e projetos sociais adotados durante o governo Lula tinham como objetivo a erradicação da pobreza, na tentativa de reduzir as condições de miséria existentes nas classes inferiores. Com isso, buscou proporcionar maior emancipação dessas classes, através de políticas de estímulo ao consumo, buscando garantir bem estar e qualidade de vida. O apoio do governo foi fundamental para mudar a dinâmica da economia, através principalmente da utilização de políticas de transferência de renda impulsionando as classes mais vulneráveis a se projetarem em direção as classes de melhor estrutura financeira e social (BEZERRA et al., 2016). Considerando a sociedade brasileira como uma pirâmide social, na qual a base está constituída da população com menor renda e no topo está a população de maior renda, pode-se afirmar que ocorreram alterações, como pode ser observado no gráfico9, onde milhões de pessoas deixaram a base da pirâmide e ascenderam de posição, aumentando consideravelmente a parte intermediária, como também a parte superior da pirâmide (BERNARDO; CLEPS, 2015).

No período de 2003 a 2011 foram incluídas, somando os estratos econômicos concentrados nas classes AB e C, 48,7 milhões de pessoas, cerca de 13,1 milhões de pessoas a mais do que no período 2003 a 2009. Os estratos econômicos que incluem as classes D e E apresentaram redução de 96,2 milhões de pessoas em 2003 para 73,2 milhões de pessoas em 2009, registrando em 2011 o total de 63,6 milhões de pessoas. O que significou um aumento nas classes AB e C de um total de pessoas maior do que a população da Espanha ou da África do Sul no período de 2003 a 2011 (CPS/FGV, 2012).

Os 105,5 milhões que se encontram na chamada nova classe média no Brasil representam 55,05% da população, o que representa também, se observarmos do ponto de vista econômico, a classe que “já concentrava 46,6% do poder de compra dos brasileiros em 2011, superando as classes AB, estas com 45,6% do total do poder de compra. As demais classes D e E tem hoje 7,8% do poder de compra, caindo do nível de 19,79% logo antes do lançamento do plano Real” (CPS/FGV, 2012, p.4).

Gráfico 8- Pirâmide Populacional e Classes Econômicas (2003-2011)



Dados: PNAD e PME/IBGE

Fonte: CPS/FGV (2012)

A ampliação da massa salarial, possibilitada pela estabilidade econômica, observada na economia brasileira de 2006 a 2011, articulada com políticas de distribuição de renda e com a expansão do crédito, impulsionaram o aquecimento da demanda interna, promovendo o aumento do consumo e criando espaço para o surgimento dessa nova classe (MERESSI; SILVA, 2016). O que se verificou até 2011 foram melhorias importantes para uma grande parcela da população brasileira, seja relacionada à distribuição de renda, à redução da pobreza, ao aumento do emprego e à ampliação do mercado de trabalho formal. Alguns autores defendem a ideia de que os resultados dessas melhorias seria o aumento da classe média (SCALON; SALATA, 2012).

Encontra-se na literatura referente ao tema, várias denominações para o surgimento dessa nova classe, por vezes chamada de Classe Média, Classe C, Emergentes, entretanto todas buscam uma classificação para uma parcela da população que se ampliou consideravelmente e de forma nunca vista na história do Brasil (BERNARDO; CLEPS, 2015), entretanto essa classificação torna-se subjetiva, pois não há consenso sobre o tema (FECOMERCIO SP, 2012). Alguns estudos buscam fazer esta classificação utilizando apenas o valor da renda, como na classificação feita por Neri (2008)<sup>8</sup> o qual divide em quatro classes a população brasileira, sendo: E, D, C, sendo que B e A foram classificadas juntas. Os limites

<sup>8</sup>É um dos principais autores que propõe o debate sobre a nova classe média. Ver Neri, M. A Nova Classe Média. Rio de Janeiro: CPS, 2008.

de renda estabelecidos para a classe E foram de até R\$ 768,00 reais, na classe D de R\$ 768,00 até R\$ 1.064,00 reais, na classe C de R\$ 1.064,00 até R\$ 4.591,00 reais, na classe A e B a renda mínima é de R\$ 4.591,00 reais. Estes limites estabelecidos pelo autor possuem como base algumas medidas como mediana, decis, ou linha de miséria, os dados são definidos somente por valores de renda (SCALON; SALATA, 2012). A classe C representa a classe média “por mostrar, em termos de renda média familiar mensal, o valor mais próximo da renda média mensal de todas as famílias brasileira – cerca de R\$ 2.900,00 mês/família” (FECOMERCIOSP, 2012, p. 19).

Na visão de Neri, a classificação da população na classe C está referenciada no acesso a diversos bens e serviços como “celular, carro, casa financiada, crédito em geral e produtivo em particular, conta-própria e empregadores, contribuição previdenciária complementar, se sairmos daquelas iniciadas com C temos ainda diploma universitário, escola privada, plano de saúde, seguro de vida” (SOBRINHO, 2011, p.72 apud NERI, 2008, p.41). Este aumento na demanda por bens e serviços como contrapartida do aumento no consumo pode ser observada através do movimento das vendas no comércio. “De 2004 a 2011 o volume de vendas do comércio varejista restrito brasileiro acumulou um crescimento de 82,3%. O que representou, em termos anuais, uma variação média de 7,8% ao ano”. Os produtos que tiveram um significativo aumento no volume de vendas foram os eletrodomésticos, móveis e veículos (FECOMERCIOIRS, 2017, p. 12).

O gasto médio mensal com telefone celular elevou-se em 63,6% entre 2003 e 2009, saindo de R\$ 17,68 mensais por família para R\$ 28,93. Quando se observa a classe média, por exemplo, o aumento é ainda maior, de 70%. Esse bem se tornou tão popular que na classe E os gastos subiram 312%. Para o segmento de eletrodoméstico, a alta geral foi menor do que com os gastos com telefonia móvel, devido ao valor agregado mais elevado. Na média nacional houve aumento de 15,5% na comparação dos seis anos. Próximo a essa variação está o ocorrido na compra de automóveis. O incremento no gasto médio foi de 21,6%. A partir destas informações dá para admitir que a situação atual das famílias brasileiras esteja em um patamar muito acima do que foi visto em 2003 (FECOMERCIOIRS, 2012, p. 23).

A oferta de crédito destinado ao consumo representou um importante elemento para viabilizar as pretensões de consumo da nova classe, sendo que a maior parte das vendas foi constituída de bens duráveis, que em sua maioria para consumi-los as famílias utilizam o crédito, visto que o valor muitas vezes não é suportado pela sua renda mensal (FECOMERCIOIRS, 2017). O que se tem visto no Brasil é que a facilidade de acesso ao crédito contribui para que as pessoas aumentem cada vez mais as suas despesas, para sustentar

o seu consumo. A aquisição de crédito é feita muitas vezes de forma equivocada, visto que o crédito está sendo utilizado como complemento de sua renda (SOUZA, 2013).

A possibilidade de ampliação do endividamento dos agentes econômicos observadas no Brasil, quando se compara a relação crédito/PIB brasileira com a de outros países, a qual mostra o baixo grau de endividamento da população favoreceu o crescimento das contratações de crédito junto ao Sistema Financeiro. Países com economias mais maduras, como China e África do Sul apresentaram em 2012 taxas de relação crédito/PIB entorno de 135% e 127% enquanto no Brasil esta taxa era em torno de 50% (SBICCA; FLORIANI; JUK, 2012). Uma parcela considerável da população brasileira utiliza o crédito regularmente, através de cartão de crédito, crediários, financiamento para automóveis, crédito ao consumidor, entre outros, mesmo com taxas de juros consideradas elevadas no Brasil em comparação com a média mundial<sup>9</sup> (BORTOLUZZI et al., 2015). O crescimento da renda das famílias, associada à expansão dos empréstimos, foram fatores que contribuíram para o aumento das demandas por consumo das famílias, que anteriormente estavam à margem em relação às outras classes, possibilitando através deste processo de endividamento a configuração dessa nova classe média na economia brasileira (BEZERRA et al., 2016).

Entretanto, para que este modelo de crescimento extensivo, com o aumento do consumo baseado no crédito consiga manter o mesmo ritmo de crescimento é necessário que se mantenham reduzidas as taxas de juros reais para o consumo e para os empréstimos de longo prazo, assim como incorporar no mercado de trabalho formal mais pessoas e manter pelo menos uma estabilidade ou crescimento da renda disponível agregada (SERRANO; SUMMA, 2015). Ou “a competição crescente entre as instituições bancárias e a dependência de uma conjuntura macroeconômica favorável podem sugerir um lado perverso do endividamento<sup>10</sup> familiar” (MARTINS; FERRAZ, 2011, p. 285).

#### 4.2 A REVERSÃO DO CICLO – ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

Após um período de grande expansão da atividade econômica (2003-2010), com resultados positivos no PIB, os quais mantinham a economia brasileira em estabilidade, observou-se uma reversão no ciclo de crescimento no Brasil. Vários fatores conjunturais,

---

<sup>9</sup>Dentre os países que possuem um nível médio de crédito privado em proporção do PIB, o Brasil registra taxas de juros superiores que os países como: “Colômbia, Peru, Paraguai e Nigéria” (PAIM, 2015, p. 13).

<sup>10</sup>Corresponde “à relação entre o montante atual das dívidas das famílias com o SFN e a renda das famílias acumulada nos últimos doze meses”(BORTOLUZZI et al., 2015, p. 119).

externos e internos, marcaram o fraco desempenho da economia brasileira durante o governo de Dilma Rousseff, no período 2011 a 2015. A piora no cenário internacional como consequência da crise do Euro, somado à fraca recuperação norte-americana e à desaceleração dos países emergentes contribuíram para a redução gradual da taxa média de crescimento da economia mundial que passou “de 5,1% em 2010 para 3,8% em 2011, 3,3% em 2012, 3,1% em 2013 e 3,1% em 2014” (FILHO; PAULA, 2016, p. 790). A crise do Euro afetou a economia brasileira principalmente através da queda da demanda do comércio exterior, pela redução dos preços de algumas *commodities*, assim como de produtos manufaturados, semimanufaturados e básicos, agravada ainda pela deterioração das expectativas dos empresários com possibilidade de derrocada do Euro (FILHO; PAULA, 2016).

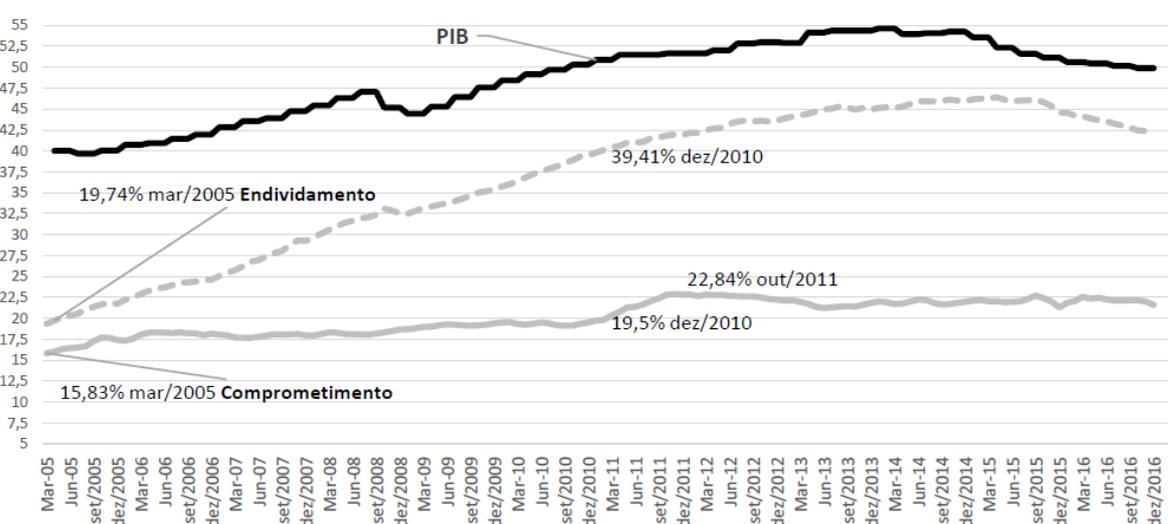
No lado doméstico, a economia brasileira desde 2010 vem apresentando estagnação do quantum da produção industrial, como resultado da elevação do coeficiente de importações, o que demonstrou o vazamento dos estímulos dados à demanda para o exterior o que deixou de beneficiar as indústrias domésticas, pela falta de acesso a esta demanda (FILHO; PAULA, 2016). O consumo das famílias, após 2011, apresenta uma desaceleração gradual até 2015, onde se verifica um esgotamento deste modelo de crescimento da economia brasileira, no qual se reflete no PIB, que apresenta uma redução significativa, passando de 7,5% em 2010 para 4% em 2011, 1,9% em 2012, 3% em 2013, 0,5% em 2014, reduzindo-se até 2015 onde atinge um índice negativo de -3,8%. Os estímulos dados à demanda interna durante o governo Dilma não obtiveram resultados favoráveis, como os observados no período anterior. Em 2015, já no primeiro trimestre, além das contínuas quedas do PIB e do consumo das famílias, vistos a partir de 2011, os níveis de emprego e de renda começam a registrar sucessivas reduções, o que ainda não havia se observado na economia brasileira desde 2004 até o fim de 2014 (ROSSI; MELLO, 2017). Diante do ciclo de desaceleração da economia brasileira acrescenta-se ainda que:

O comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida cresceu de 18,4% em janeiro de 2005 para 46,2% em janeiro de 2015, no contexto de um vigoroso ciclo de crédito, vindo a declinar a partir de final de 2015, atingindo 42,8% em setembro de 2016, o que evidencia um gradual processo de desalavancagem em curso, em que famílias e empresas adiam gastos com consumo e investimento, retardando a recuperação econômica (PAULA; PIRES, 2017, p.135).

O comprometimento de uma parcela da renda das famílias com o pagamento das dívidas existiu durante todo o período analisado, sendo que no período de 2005 a 2010, o crescimento do grau de endividamento foi considerado pouco significativo, frente a média

mundial (SICSÚ, 2017). O aumento da taxa de juros e a redução do emprego, o que compromete o perfil da dívida das famílias impactando de forma negativa o orçamento familiar (PAIM, 2015) resultou na elevação do comprometimento da renda das famílias com dívidas, que passou de 19,5% em dezembro de 2010, para 22,84% em outubro de 2011, como pode ser observado no Gráfico 9.

Gráfico 9- PIB (índice), Comprometimento da Renda das famílias brasileiras (% da renda) e Grau de Endividamento das famílias brasileiras (% acumulada em 12 meses) de 2005-2016



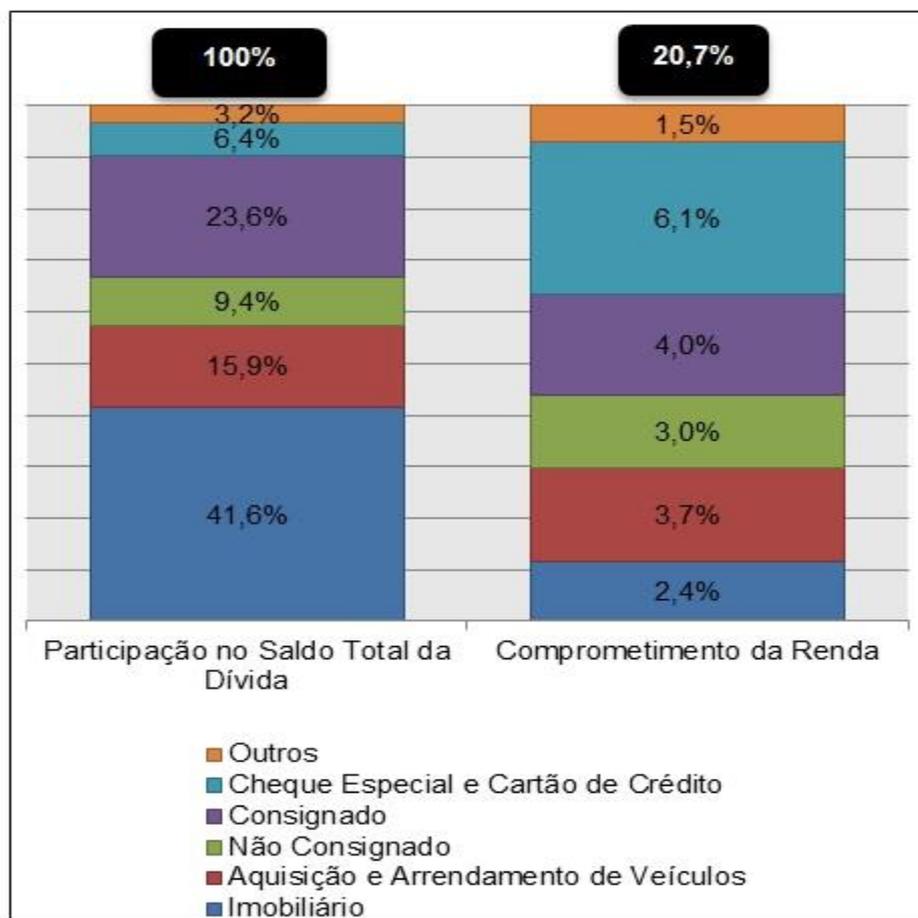
Dados: BCB e IBGE  
Fonte: Sicsú (2017)

Observa-se, portanto, uma elevação abrupta no comprometimento da renda das famílias em 2011, mantendo-se constante até 2015, assim como um aumento contínuo no grau de endividamento das famílias, reduzindo-se somente no final de 2015. O nível de endividamento apresentado pelas famílias em 2012 e 2015 representa no mínimo o nível limite suportado por elas de forma ainda saudável, atingindo em torno de 46% em 2015 (FECOMERCIORES, 2017). Segundo os economistas da Serasa Experian (2015), o aprofundamento da recessão econômica, com aumento na taxa de desemprego, as restrições nas condições de crédito, os elevados índices de inflação e a deterioração nos níveis de confiança dos consumidores continuam exercendo pressão sobre a demanda dos consumidores por crédito. Os bancos contraíram a oferta de crédito destinado às pessoas físicas a partir de 2014, o que auxiliou na contenção do comprometimento da renda das famílias com dívidas, assim como no aumento da inadimplência; mesmo em um cenário de redução do nível de emprego, atuando através da renegociação das dívidas, na tentativa de

regularizar a situação das famílias, entretanto a dívida segue fazendo parte do orçamento familiar (FECOMERCIORES, 2017).

Com a retração na oferta de crédito, principalmente as de prazos e custos mais favoráveis, houve um deslocamento da demanda por empréstimos, os quais se desviaram para as modalidades que possuem taxas de juros mais altas e prazos mais curtos, tornando-se mais oneroso o pagamento do serviço da dívida para as famílias nestes segmentos de crédito (PRATES; CUNHA, 2012).

Gráfico 10- Comprometimento da renda das famílias e a participação no saldo total da dívida das famílias brasileiras em maio de 2015



Dados: BCB  
Fonte: Paim (2015a)

Ao analisar o perfil das dívidas das famílias, gráfico 10, verifica-se a vulnerabilidade das mesmas com relação aos níveis de emprego e as mudanças na taxa de juros, fatores que mais impactam o orçamento familiar. Sendo que o segmento concentrado no crédito rotativo é que representa maior peso sobre o orçamento das famílias, este segmento é composto por

cheque especial e cartão de crédito. “As taxas e juros cobradas na utilização do pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito estão em aproximadamente 13,8% ao mês, o que significa que, após 12 meses, uma dívida seria quase quintuplicada. No cheque especial, a taxa é de 10,8%”. Mesmo com participação de 41,6% no saldo total da dívida das famílias o crédito imobiliário compromete apenas 2,4%, isso pelas taxas de juros baixas e o longo prazo para pagamento que pode chegar até trinta anos (PAIM, 2015a, p. 2).

Cabe destacar que, no cenário de redução do crescimento do PIB, a população da faixa de menor renda é a que possui a menor capacidade de enfrentar eventuais crises, o que ocasiona queda nos rendimentos familiares. Sendo que as mesmas possuem maior endividamento líquido e menor capacidade de liquidação de bens para quitação de dívidas, tornando-se vulneráveis. A situação de vulnerabilidade pode ser entendida como uma situação provisória ou como característica inerente ao consumidor, porém os fatores que podem ter conduzido a essa vulnerabilidade como: a falta de experiência na tomada de crédito, o crescimento da renda observado no período analisado, assim como a expectativa positiva em relação a capacidade de consumo tornou a população de menor renda, a mais vulnerável para enfrentar uma situação de estresse financeiro (SBICCA; FLORIANI; JUK, 2012).

O desemprego é o vilão da inadimplência<sup>11</sup> dos brasileiros. Pesquisa inédita realizada pelo SERASACONSUMIDOR com 8.288 consumidores nas agências da Serasa no país apontou que para 26% dos inadimplentes a perda do emprego é a explicação para as contas atrasadas. O segundo motivo é o descontrole financeiro (17%), seguido pelo esquecimento de pagar (7%), o empréstimo do nome para terceiros (7%) e despesas extras com serviços, educação e saúde (7%). Na sequência, fraude (5%), alta dos preços (5%), diminuição da renda pessoal e ou familiar (5%). Os motivos: atraso de salários e doença e ou morte na família corresponderam a 3% cada. O restante (15%), não identificou o motivo, não soube ou não quis responder (SERASA EXPERIAN, 2015).

A taxa de desemprego na economia brasileira vem apresentando crescimento, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em julho de 2015 essa taxa, na economia brasileira, foi de 8,6% subindo para 9% em outubro do mesmo ano, sendo que em 2014 entre agosto e outubro esta taxa foi de 6,6% (SERASA EXPERIAN, 2015). Nesse cenário de recessão e desemprego que deu origem a uma série de fatores negativos já mencionados e que impactaram fortemente a capacidade de pagamento das famílias endividadas, favoreceram o aumento da inadimplência, sendo que em 2012 quase 59 milhões de brasileiros estavam na

---

<sup>11</sup>São considerados inadimplentes os consumidores com atrasos a mais de 90 dias (SERASA EXPERIAN, 2015).

lista de inadimplentes, passando para 54,1 milhões em janeiro de 2015 (SERASA EXPERIAN, 2016).

A condução da política econômica e social no Brasil no período analisado (2003-2015) trouxe uma série de consequências às famílias brasileiras, principalmente em relação ao comportamento do consumo. Em um cenário de estabilidade econômica (2003-2010), as famílias foram favorecidas por políticas de estímulos ao consumo, possibilitando o acesso de uma demanda reprimida a vários bens e serviços, porém a utilização do crédito como instrumento de acesso dessa população a estes bens acarretou no aumento da vulnerabilidade destas, frente a um cenário de crise na economia brasileira. Trazendo à tona a fragilidade do modelo de crescimento adotado pelo governo, sendo que o esgotamento deste modelo, associado ao expressivo aumento do consumo das famílias, acabou tornando boa parte das famílias, principalmente as de menor renda, endividadas e posteriormente inadimplentes.

Pode-se observar que as políticas creditícias, sociais e de distribuição de renda adotadas, proporcionaram o aumento do poder de compra das famílias, viabilizando uma modificação no padrão de consumo das mesmas neste período, principalmente as pertencentes à nova classe média ou classe C. Entretanto, além destes fatores citados acima, fatores sociais e psicológicos também contribuíram para a situação atual das famílias brasileiras, o que pode ser observado através do consumo intenso de determinados bens, os quais representam o desejo de pertencimento a uma determinada classe social, o que será tratado na sequência.

#### 4.3 AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO E ENDIVIDAMENTOS DAS FAMÍLIAS

A possibilidade de aumento do consumo, facilitado pelo acesso ao crédito e por políticas adotadas pelo governo brasileiro, atraiu milhares de famílias a efetuarem compras a curto, médio e longo prazo. O cartão de crédito é uma das modalidades mais utilizadas e que mais pesam no orçamento das famílias brasileiras. Em um cenário de desaceleração da economia, a utilização do cartão de crédito para além do provimento das necessidades básicas, destacando que essa é a modalidade de crédito que possui as maiores taxas de juros, é algo que não condiz com a racionalidade esperada dos agentes econômicos, os quais buscam minimizar os custos e maximizar os benefícios, para isso é preciso compreender o motivo pelo qual levou a maior parte das famílias brasileiras, com destaque para as pertencentes a chamada “nova classe média”, a acumularem dívidas comprometendo uma parcela maior da renda do que a sua capacidade de pagamento. “Mesmo com a renda mais comprometida e

com menor poder de compra em 2015, os consumidores brasileiros ainda estão dispostos a adquirir produtos além da cesta básica” (SAMPAIO, 2016, p. 1213).

Para o consumidor, o prazer de adquirir um bem ou serviço de forma imediata e viabilizada pelo crédito, acaba agindo como uma espécie de “miopia”, na qual os consumidores desconsideram os custos do crédito a serem pagos futuramente. A utilização do cartão de crédito, sendo ele o segmento de crédito que possui as maiores taxas de juros em um contexto de redução do nível de emprego e renda, nos mostra o lado irracional do consumidor (SBICCA; FERNANDES, 2011). A pesquisa<sup>12</sup> feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) mostra o lado negligente do consumidor:

Em um ano, cresceu o percentual de usuários de cartão de crédito que não sabem as taxas de juros cobradas quando se atrasa o pagamento da fatura. Em 2016, 55% dos adeptos da modalidade desconheciam os valores. Hoje, são 59% que ignoram o custo do atraso – especialmente as mulheres (66%), os mais jovens (70%) e os que de mais baixa renda (62%). No geral, quatro em cada dez (38%) entrevistados já ficaram, em algum momento, com o nome sujo por não pagarem a fatura do cartão de crédito e 11% estão atualmente com alguma parcela em atraso (SPC Brasil, 2017, p.1).

O fato de adquirir e posteriormente efetuar o pagamento pelo bem ou serviço, torna o valor a ser pago menos saliente, impulsionando a compra (SBICCA; FERNANDEZ, 2011). “O sentimento de imediatismo e de posse de objetos marcadores sociais é mais significativo do que as projeções em médio e longo prazo” (PEREZ; BAIRON, 2013, p. 186).

O ato de consumir deixou de ser apenas um mero processo de troca de bens ou serviços por moeda, destinado a suprir as necessidades básicas, passando agora a marcar as posições sociais, estimulando a formação, sobretudo, de um sujeito via consumo. O aumento do poder de consumo mostra a possibilidade de inclusão social da chamada nova classe média, que representam mais da metade do potencial de consumo da população brasileira (SARAIVA; et al, 2015). Estes indivíduos desejam adquirir bens que tendem a elevar a sua condição social ou status, tornando-se aceitos pela sociedade de forma imediata, através do consumo de bens que simbolizam as classes superiores (NARDI, 2009).

Ao adquirir estes bens, há um reconhecimento do indivíduo “(a elite moradora do “pedaço bom”, por exemplo), assim como os próprios objetos que possuem, recebendo dentro

---

<sup>12</sup> Esta pesquisa foi realizada no âmbito do ‘Programa Nacional de Desenvolvimento do Varejo’ com o apoio do SEBRAE. Foram ouvidos 601 consumidores de ambos os gêneros, acima de 18 anos e de todas as classes sociais nas 27 capitais do Brasil. Esta pesquisa possui margem de erro de 4,0 p.p e margem de confiança de 95% (SPC Brasil, 2017).

de seus contextos sociais privilégios, popularidade, sucesso, melhora de vida”. O que proporciona a sensação de vitória, concedida pela posse de determinado objeto, entendida como o sucesso de ter chegado lá ou de vencer na vida. Tornam-se possíveis ações como “conceder aos seus filhos o conforto material que não tiveram na infância”, viabilizado pelo aumento do seu padrão de consumo, mesmo que esta ação não signifique uma elevação do capital cultural, social, simbólico ou familiar. Considerando que a própria ideia de conforto é uma construção cultural que parte de experiências e que necessitam de tempo para serem popularizadas (YACCOUB, 2011, p. 11).

Os bens escolhidos são os mais caros, pois representam maior prestígio, notoriedade e status (YACCOUB, 2011). Para isso, utilizam formas de antecipação de consumo, através do crédito, liquidações ou algo semelhante, na perspectiva de conseguir penetrar no universo de exclusividades, próprio do mercado de luxo (PEREZ; BAIRON, 2013). Segundo a pesquisa<sup>13</sup> divulgada pelo SPC Brasil em 2015, os brasileiros aumentaram seu consumo de bens de luxo, considerados supérfluos, se endividando cada vez mais.

De acordo com os dados do estudo, 24% dos entrevistados já deixaram de pagar alguma conta para adquirir produtos que considera de luxo. Isso representa 15,7 milhões de pessoas, principalmente mais jovens, pertencentes às classes B e C, e de menor escolaridade. Os maiores gastos foram com perfumes (69%), roupas (64%), calçados (59%), artigos eletrônicos (58%) e restaurantes (54%). Segundo Marcela Kawauti, economista-chefe do SPC Brasil, o consumo de luxo é muito utilizado para demarcar a própria personalidade do consumidor, já que os produtos são reconhecidos pela sociedade e carregam peso de imagem e autoestima. “O uso de marcas famosas e, especificamente, do mercado de luxo, dá status ao consumidor, independente da classe social”, diz a economista (SPC BRASIL, 2015, p.1).

O desejo de pertencimento das classes inferiores se reflete na ânsia de adquirir uma televisão com recursos de acesso à internet ou um *Smartphone* de alta tecnologia, sendo eles bens utilizados tanto pela classe média como pela classe alta, o que atribui à mercadoria um valor simbólico, o qual torna o consumidor apto a pertencer a determinado grupo ou classe social (SAMPAIO, 2016); podendo ser exemplos de marcadores sociais. Segundo a pesquisa divulgada em 2017 pela Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas, realizada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) o consumo de *Smartphone* no Brasil já atinge 198 milhões de aparelhos em uso, estimando um crescimento para outubro de 2017 de 208 milhões, número igual ao da população brasileira (ABERT, 2017).

---

<sup>13</sup> A pesquisa foi feita em fevereiro e março de 2015. Participaram 945 pessoas de idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos, pertencentes às classes A,B e C, nas 27 capitais do Brasil. Esta pesquisa possui margem de erro de 3,2 p.p com margem de confiança de 95% (SPC Brasil, 2015).

Utilizar um celular, principalmente os mais modernos, tornou-se um indicativo de status, tornando o consumidor visível frente à sociedade pela lógica do pertencimento, superando a condição de pobreza (BARROS, 2009). “O consumo seria uma importante estratégia não somente de emulação social, mas também de construção de referências públicas acerca do lugar social que se deseja ocupar, do estilo de vida que se busca partilhar e, fundamentalmente, da construção de si que se quer projetar” (ENNE, 2006, p. 22).

O consumidor brasileiro, mais especificamente o consumidor que pertence à classe média, considerando ainda os da classe D e E, ao entrar em um Shopping, se topam com autênticos espetáculos, representados nas vitrines e cartazes, que aliado ao poder de compra do brasileiro, via crédito facilitado, dando a sensação de sobra financeira se vê motivado a consumir. Os novos consumidores, quando se veem consumindo novos produtos e ocupando novos espaços, se sentem poderosos, sendo que os mesmos anteriormente eram renegados a consumir apenas bens de necessidade básica, e passam agora a consumir de forma irracional, movidos por novas experiências sociais e culturais (SAMPAIO, 2016). Os shoppings centers, são exemplos de espaços onde ocorrem os encontros físicos entre as diferentes classes sociais as quais eram anteriormente silenciosas e segregadas (SARAIVA et al., 2015).

Consumir deixou de ser apenas o ato de comprar, transformando-se em um ato que ao mesmo tempo aprisiona e liberta aqueles que trafegam entre as estruturas sociais. Ao consumirem produtos que simbolizam signos e que são direcionados às elites; as populações de menor renda, apropriando-se do símbolo dos outros, reinventam a sua própria condição de pobreza, modificando o significado de sua carência em abundância (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014).

A mercadoria torna-se um símbolo de pertencimento, porém este símbolo perde rapidamente o seu significado. Entretanto, o indivíduo que possui restrição ao consumo em virtude do seu “perfil financeiro e econômico é excluído socialmente”. Neste cenário de inclusão e exclusão “pode-se verificar que a insatisfação do indivíduo provocada pela sociedade do consumo, o faz vítima, na forma de dívidas acumuladas” (SAMPAIO, 2016, p.1218).

É preciso destacar que não apenas se consome produtos ou serviços, mas também, ideologias, modos de sermos, teorias de mundo. Atualmente a sociedade contemporânea é constantemente atingida por várias informações, opiniões, modelos, os quais nos passam a sensação de liberdade de escolha entre eles. Entretanto, ao se pertencer a um grupo social, deve-se pensar no vestir, no agir e no desejar como o modo estabelecido pelo grupo. Quer dizer que não é somente o consumo de produtos e marcas e sim o consumo de modelos de

vida, principalmente os que são considerados de maior prestígio e valor social (YACCOUB, 2011).

O fenômeno com o qual se depara, de uma grande quantidade de pessoas que buscam pertencer a uma classe social, através da expansão do seu potencial de consumo, é recheado de desafios, principalmente em relação a manutenção desse consumo no futuro (SARAIVA, 2015). O consumo como único fator de inclusão social é rechaçado pelas elites, pois as mesmas rapidamente elegem novos marcadores de classe e distinção. Porém, uma elevação do potencial de consumo não é suficiente para mudanças sociais, principalmente pela ausência de capitais culturais e sociais nas famílias brasileiras da nova classe média, as quais marcam a distinção das outras classes sociais (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014).

Como se pode observar, vários autores buscam desconstruir a centralidade que foi atribuída à renda e ao consumo como os principais fatores de definição das mudanças que ocorreram em relação às classes sociais. Ou seja, não se pode reduzir apenas à renda e ao consumo este debate, visto que a noção de classe envolve outros elementos que buscam discutir os valores que são compartilhados em cada classe, incluindo não apenas o capital econômico, como também o capital social e cultural (SOUZA, 2010).

Acontece que o acesso ao consumo não confere aos consumidores de renda mais baixa a chave de entrada para a classe média como status definitivo, “nem para a completa saída de sua condição de pobreza”, o que faz surgir complexos desdobramentos como “a reação das elites a esse ganho de espaço dos novos consumidores e o que vai se dar diante da tomada de consciência, por estes, de que detêm direitos e que são cidadãos, e não consumidores apenas” (SARAIVA et al., 2015, p. 56)

#### 4.4 ANÁLISE DO TRAJETO SOCIAL PELA MUDANÇA DO PADRÃO DE CONSUMO E O ENDIVIDAMENTO

O modelo de crescimento adotado no governo Lula e posteriormente mantido no governo Dilma, denominado de crescimento com inclusão social, tendo como base fundamental o estímulo ao mercado interno foi sustentado a maior parte do período pelo consumo das famílias. A crise de 2008 intensificou um processo já em curso na economia brasileira de expansão do crédito, agora utilizada como medida anticíclica através dos bancos públicos. Estimuladas por políticas públicas sociais de distribuição de renda e políticas creditícias, as famílias brasileiras tiveram acesso a vários bens e serviços, proporcionado pelo

aumento do poder de compra, tornando-as visíveis ao mundo do consumo e a lógica de mercado.

A atuação do Estado através dos bancos públicos, os quais atuaram para suprir a redução da oferta de crédito dos bancos privados, diante da crise de 2008, acabou induzindo as famílias a aumentarem o seu consumo; facilitado pela inclusão bancária de grande parte da população de baixa renda, que proporcionou o aumento do acesso ao crédito para essas famílias. Ao adotar políticas públicas de incentivo ao consumo, e facilidades observadas na compra a crédito, menores prazos e taxas de juros, o governo acabou legitimando o endividamento das famílias, o qual se pode perceber um impacto maior sobre as classes inferiores, sendo essas, as principais beneficiárias das políticas distributivas adotadas pelo governo.

Uma grande variedade de bens e serviços passou a ser consumido por esta parcela da população, o que possibilitou o questionamento sobre a possibilidade de uma nova classe média no Brasil. Durante o período 2003-2010, o aumento do consumo foi acompanhado pela elevação da renda e do nível de emprego na economia brasileira, o que proporcionou às famílias aumentarem cada vez mais o seu padrão de consumo, destinando boa parte da sua renda ao consumo de bens supérfluos, os quais não são considerados de necessidade básica, visto que até então esta população não tinha acesso a este tipo de bens ou ele era dificultado por sua restrição orçamentária. Esta modificação no padrão do consumo foi uma das principais consequências da origem da chamada “nova classe média”, a qual teria sua ascensão representada através dos bens e serviços consumidos, sendo estes destinados anteriormente apenas às famílias pertencentes aos estratos superiores da sociedade.

O consumo da nova classe média ultrapassou a busca pela satisfação das necessidades. Os produtos passaram a ser consumidos não mais pelo seu caráter utilitário, e sim pelo valor simbólico que confere ao indivíduo status e poder, o que torna o consumo destes bens atraente e necessário para transmitir à sociedade, a posição social pretendida pelo indivíduo, nos termos descritos por Veblen no subtítulo 2.3, este consumo é caracterizado como “consumo conspícuo”, o qual afirma o prestígio e a integração a um novo estrato social pela posse dos marcadores sociais desse novo estrato, por exemplo, a posse dos *Smartphones*, os quais representam símbolos utilizados pelas classes superiores.

O aumento do capital econômico, observado através da elevação da renda, representa apenas um componente que distingue as posições de classes, como destacado através da pirâmide social. Mesmo que o capital econômico sozinho não represente as modificações necessárias para a distinção de classe, a elevação do poder de compra das famílias foi

fundamental para o aumento expressivo do consumo, muitas vezes feito de forma ostentatória pelas famílias brasileiras, na busca de status e possibilitada pela utilização do crédito. O que mostra o despreparo das mesmas em utilizar o crédito, desconsiderando os custos desta forma de pagamento. A utilização do crédito de forma equivocada pelas famílias da nova classe média é consequência da ausência de *habitus*, sendo que esta forma de pagamento era apenas utilizada pelas famílias das classes sociais superiores, mas que não faziam do crédito um complemento da renda e sim um instrumento de antecipação do consumo. Ou seja, a ausência de percepções e experiências passadas, como afirmou Bourdieu, comprometeu o uso do crédito pelas famílias da nova classe média, resultando em seu endividamento.

O acesso ao crédito, utilizado como complemento da renda, deu origem a sensação de melhor situação financeira às famílias da nova classe média que associado ao desejo de pertencimento a determinado grupo social fez com que as famílias aumentassem seu consumo de forma desmedida, visualizado através do aumento do consumo individual que representou em média o dobro do aumento da renda per capita de 2005 a 2014, como demonstrado anteriormente. A forma irracional de utilização do crédito observado na economia brasileira é decorrente principalmente do fato deste ser utilizado para a aquisição de bem considerados supérfluos, mas que ainda assim representam marcadores sociais. Motivados pelo desejo de ascensão, buscaram adquirir bens que lhes conferissem status; caracterizando o fenômeno proposto por Veblen de submissão a imposição das normas de consumo dos estratos superiores.

Como exposto por Bourdieu (p. 25), o trajeto social se caracteriza pela ascensão ou regressão de um indivíduo ou grupo quanto a sua posição na estrutura social. Sendo que das relações simbólicas estabelecidas entre os indivíduos ou grupos de um mesmo estrato social surgem distinções significantes. Na busca pela inclusão social, viabilizada pelo aumento do consumo de bens com valor simbólico, as famílias da nova classe média acabaram sendo incluídas em um cenário culturalmente desconhecido, onde não havia a orientação sobre as consequências de políticas sociais condicionadas ao crescimento econômico, o que pode ser visto através do aumento da vulnerabilidade delas diante da desaceleração da economia. Além do desconhecimento das consequências por parte delas de uma reversão do ciclo favorável da economia, verificou-se uma despreocupação por parte do governo na forma de induzir este aumento do consumo, o que fez com que a nova classe média surgisse já endividada, muito em consequência do aumento do poder de compra ser direcionado a uma demanda reprimida há muitos anos, associado à necessidade criada para a obtenção de bens que possuíssem significado, representando o desejo de reconhecimento simbólico das mesmas, diante da

sociedade. Ou seja, ainda que fosse alcançada a inclusão e certa “igualdade” pelo consumo, a distinção significativa quanto a sustentação da posição no estrato social se manteve.

Pois a aquisição destes bens, os quais possuem valores não suportados pela renda mensal das famílias, tornando-se acessíveis apenas através do crédito, não representaram uma condição permanente de pertencimento a esta nova classe média, visto que não somente o sentido econômico do consumo e sim elementos socioculturais são necessários para a ascensão definitiva destas famílias e seu definitivo pertencimento a uma classe social distinta da anterior. O aumento do consumo de bens considerados símbolos das classes superiores fez com que a nova classe média percorresse um trajeto de ascensão ilusória, diante apenas da inclusão das mesmas no mercado consumidor, no entanto, essas famílias não conseguiram assimilar os signos de capital social e cultural presentes nas classes superiores. Pois ao consumirem os bens ditos símbolos dos estratos superiores, os mesmos elegem imediatamente novos elementos de distinção, buscando sempre legitimar seu consumo como exclusivo.

Os estímulos dados ao aumento do consumo serviram apenas para proporcionar novas formas de elevar a desigualdade entre as classes sociais no Brasil. O que se tornou ainda mais grave diante da desaceleração da economia, que trouxe consequências dramáticas para as famílias, como a redução do nível de emprego e renda, reduzindo a capacidade de pagamento das dívidas contraídas anteriormente pelas famílias, principalmente aquelas pertencentes a nova classe média, tornando muitas delas inadimplentes. Ao se analisar o trajeto percorrido pelas famílias brasileiras, com destaque para a “nova classe média”, o que se verificou foi um aumento desenfreado do consumo de bens, os quais foram atribuídos valores simbólicos e utilizados como possibilidade de ascensão social. Mas isso não foi, ou não é, suficiente para se ter o pertencimento a um grupo de status, pois os traços distintivos de conduta, aqueles que representam os signos, como descritos por Bourdieu, mantiveram-se.

O desejo de pertencimento despertado nas classes inferiores e possibilitado pela posse de bens materiais acabou trazendo à tona a questão de diferenciação entre as classes sociais. A elite brasileira de repente se depara com a nova classe média consumindo os mesmos produtos e espaços, antes destinados apenas às classes superiores. Entretanto se observa no Brasil que a nova classe média, mesmo possuindo capital econômico, vê-se carente de capital social e cultural, o qual necessita de tempo para serem incorporados. O trajeto percorrido pelas famílias durante todo o período evidencia que diante dos objetivos do governo de proporcionar o crescimento econômico e a inclusão social das famílias de menor renda, impulsionadas por políticas de distribuição de renda e creditícias, o que se observou como resultado foi apenas a inclusão dessas famílias ao mercado de consumidor. O consumo

marcou o trajeto social, percorrido por estas famílias, de ascensão dada a facilidade de crédito e aumento da renda, o qual não se manteve diante de um cenário de reversão do ciclo econômico, colocando atualmente as famílias da nova classe média diante de um processo de regressão, em que muitas delas estão atualmente endividadas e inadimplentes mediante a incapacidade de quitação de suas dívidas.

Ao alinhar as políticas sociais ao aumento do consumo e sendo estas condicionadas pelo cenário econômico, o próprio governo acabou limitando as mudanças que poderiam ocorrer na sociedade brasileira. Visto que, ao tornar as famílias o motor do crescimento através do aumento do consumo, e ao mesmo tempo torná-las vulneráveis pelo alto nível de endividamento fez com que as mudanças favoráveis observadas neste período fossem apenas ilusórias, pois a realidade apresentada hoje às famílias brasileiras é o aumento da desigualdade, anteriormente relacionada à escassez de bens materiais, e atualmente dada pela capacidade ou incapacidade de pagamento de suas dívidas. A desigualdade, portanto, permanece presente na economia brasileira, somente foi reinventada, diante da dominação material e ideológica, pois ao se apropriarem dos elementos que representam símbolos das classes superiores, as famílias da nova classe média renegam sua própria condição de pobreza. Porém é somente em um ambiente que pressupõe a pobreza, que a posse desses bens representa a ascensão dessas famílias.

## 5 CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a expansão do crédito e suas consequências sobre o consumo das famílias de 2003 a 2015. Logo, no início do período a economia brasileira enfrentou uma situação de instabilidade econômica, devido a transição política. Após a posse de Lula e mantida a política econômica do governo anterior, o chamado tripé econômico, a economia brasileira entra em uma nova fase de expansão do crédito.

Logo, identificou-se no período 2003-2008 uma forte evolução do mercado de crédito, como reflexo principalmente do cenário macroeconômico favorável e das políticas sociais e distributivas adotadas pelo governo. A relação crédito/PIB apresentou crescimento de 26,4% em 2003 passando para 41,3% em 2008, demonstrando um rápido e expressivo crescimento em apenas cinco anos. A expansão do crédito foi liderada pelos bancos privados, os quais se aproveitaram de um contexto de elevação no nível de emprego e renda da população, seguindo a lógica de mercado, buscando sempre maiores ganhos e menores riscos. A estabilidade em relação ao câmbio e a taxa de inflação também contribuíram para assegurar confiança dos bancos privados, em relação à oferta de crédito, assim como o aumento da massa salarial que refletiu no aumento da procura por crédito. O crédito com recursos livres apresentou um crescimento significativo, sendo consumido tanto pelas empresas como pelas pessoas físicas, até 2008.

O ano de 2008 representou um ponto de inflexão no cenário econômico brasileiro e mundial. A crise do subprime que teve origem nos Estados Unidos e logo se propagou para as outras economias, chegou ao Brasil através do mercado de crédito. A rápida redução da oferta de crédito por parte dos bancos privados, como consequência da crise financeira, o que evidencia a teoria keynesiana de preferência pela liquidez dos bancos privados em contexto de incerteza, fez com que o governo adotasse políticas de caráter imediato, para conter os efeitos negativos da crise. O governo adotou políticas anticíclicas, utilizando os bancos públicos, com destaque para o BNDES, CEF e o BB. Os bancos públicos aumentaram sua participação no mercado de crédito, tornando-se os responsáveis por garantir e expandir o crédito, minimizando os efeitos da crise, direcionando o financiamento aos setores produtivos e ao consumo das famílias. A atuação anticíclica logrou sucesso já em 2009, onde se observou a retomada do crescimento da economia brasileira. A utilização dos bancos públicos para assegurar e a oferta de crédito fez parte da estratégia do governo para retomar o crescimento da economia, estimulando a demanda interna.

O início do governo Dilma foi marcado por um contexto internacional desfavorável, que impactou o crescimento da economia brasileira, mesmo assim, a expansão do crédito se manteve, porém a taxas mais moderadas do que no período anterior, a relação crédito/PIB passou de 45% em 2009 para 54,5% em 2015. O aumento da participação dos bancos públicos em 2015 atingiu 56,6% do total do mercado de crédito em 2015, o seguimento que apresentou maior crescimento foi o crédito direcionado, viabilizado pelos aportes feitos pelo Tesouro Nacional aos bancos públicos, estimulando a contratação de crédito por parte das famílias e empresas. Entretanto a economia brasileira, após 2011, mesmo com estímulos dados através do crédito, não manteve o ritmo de crescimento do PIB. O que se observou foi a desaceleração da economia, evidenciando o esgotamento do modelo de crescimento com estímulos a demanda interna, baseado principalmente no aumento da oferta de crédito. Os anos de 2014 e 2015 marcam por tanto a redução da oferta de crédito no Brasil, diante de um cenário de crise e da falta de recursos por parte do governo em manter a oferta de crédito através dos bancos públicos, assim como uma redução da demanda por crédito diante da redução do nível de emprego e renda observado na economia em 2015.

O aumento da oferta de crédito, associado às políticas sociais e distributivas em um contexto macroeconômico favorável, possibilitou o aumento do consumo das famílias, com destaque para as de menor renda, que foram o alvo principal dessas políticas. O aumento do poder de compra acabou criando uma demanda que se tornou responsável pelo crescimento da economia, sendo o consumo das famílias um dos elementos fundamentais da demanda agregada. O aumento do consumo até 2010 foi acompanhado pelos indicadores macroeconômicos favoráveis, entretanto após 2011 se observou uma reversão do ciclo de crescimento da economia brasileira, que acabou trazendo consequência graves às famílias brasileiras.

A desaceleração da economia veio acompanhada da redução dos níveis de emprego e renda o que tornou as famílias vulneráveis, diante da incapacidade de quitar suas dívidas. O cartão de crédito foi um dos seguimentos mais utilizados durante o período e é o que representa maior peso no comprometimento da renda das famílias até 2015. A utilização do cartão de crédito diante da redução do emprego e da renda mostra o lado irracional do consumidor brasileiro, que diante da incapacidade de quitar suas dívidas, pode torná-las “impagável” visto que é a modalidade de crédito que possui as maiores taxas de juros.

O consumo das famílias apresentou uma desaceleração após 2011, porém se manteve com crescimento positivo até 2015, quando passou a registrar taxa negativa mostrando o fim do ciclo de crescimento sustentado pelo consumo das famílias. Portanto, a expansão do

crédito exerceu um papel fundamental no aumento do consumo das famílias durante todo o período analisado, o que pode ser evidenciado através do nível de endividamento delas, que passou de 19,74% em 2005 atingindo 46% em 2015, sendo que neste mesmo ano 54,1 milhões de brasileiros estavam inadimplentes.

A possibilidade dada pelo acesso ao crédito, de adquirir bens de valor agregado superior a sua renda mensal e com pagamento facilitado através de parcelamento, impulsionou as famílias a aumentarem consideravelmente o seu consumo, além disso, modificaram o seu padrão de consumo, consumindo bens que anteriormente não faziam parte da sua cesta de consumo. Essa mudança deu origem a chamada “nova classe média”, a qual representou em 2011 46,6% do poder de compra dos brasileiros, índice superior aos das classes superiores.

A nova classe média diante da possibilidade de consumir bens consumidos, até então, somente pelos estratos superiores da sociedade, viabilizado pelo acesso ao crédito, comprometeu boa parte de sua renda no consumo desses bens considerados supérfluos, o que mostra o lado irracional do consumidor. Entretanto, o consumo de bens que possuem valor simbólico passou a representar o desejo de ascensão social de uma parcela da população que vivia às margens da sociedade. A nova classe média passou a consumir os bens não mais pela sua utilidade e sim pelo seu significado diante da sociedade, o qual representa o desejo de pertencimento a uma determinada classe social.

Entretanto pode-se perceber que não foram somente fatores econômicos, destacando o aumento da renda, que influenciaram a decisão de consumir dos brasileiros, a ilusão criada de uma possível ascensão social, alcançada através do consumo, fez com que boa parte das famílias brasileiras atualmente estivesse em uma situação pior, pois além de endividadas, estão inadimplentes. Ao analisar o trajeto social das famílias brasileiras pode-se destacar a ilusória possibilidade de ascensão da nova classe média, representada através do consumo de bens considerados símbolos das classes superiores, porém é apenas em um contexto que pressupõe a pobreza que se concretiza a ascensão dessas famílias, permanecendo a desigualdade entre as classes sociais. A permanência a desigualdade atualmente está relacionada a capacidade de pagamento das dívidas pelas famílias brasileiras, as quais “ascenderam” pelo o acesso ao crédito e “regrediram” através dele.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO (ABERT). **Brasil: número de smartphones se iguala ao de habitantes**. Pesquisa divulgada em 25 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/25610-brasil-numero-de-smartphones-se-igual-a-ao-de-habitantes>>. Acesso em: 20/10/2017.

AFONSO, J. R. **Keynes, investimento e política fiscal na crise**. In: Artigo apresentado no III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, de 11 a 13 de agosto de 2010. Disponível em: <[www.joserobertoafonso.com.br/attachment/6222](http://www.joserobertoafonso.com.br/attachment/6222)>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. As Intrincadas Relações entre Política Fiscal e Creditícia no Brasil Pós-2008. **Revista Econômica**, Niterói, v. 13, n. 2, dezembro 2011. Disponível em: <<http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/view/31/34>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

ALVES, T. G.; VERÍSSIMO, M. P. Política Monetária, crise financeira e Estado: uma abordagem keynesiana. **Revista Perspectiva Econômica**, v. 6, p. 16-36, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório Anual**,(2003-2015). Disponível em: <[www.bcb.com.br](http://www.bcb.com.br)>. Acesso em: 20 de março de 2017.

BARROS, C. F. P. Apropriação de tecnologias digitais e usos de celulares nas camadas populares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009.

BERNARDO, L. T.; CLEPS, G. D. G. Um estudo da classe média no Brasil: uma nova classe ou uma nova sociedade. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE**. ISSN 2175-8875. Outubro/2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/25/705.pdf>>. Acesso em: 03 de agosto de 2017

BEZERRA, Camila Silva et al. Construção da classe média no Brasil e suas relações com as formas de consumo e da fecundidade. **Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 1-21, 2017. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2821/2704>>. Acesso em: 02 de outubro de 2017

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BORTOLUZZI, D. A. et al. **Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014**. *Perspectiva*, Erechin. v. 39, n. 146, p.111-123, junho/2015. Disponível em: <[http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146\\_513.pdf](http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf)>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Panorama Econômico, 2016**. Acesso em: <<http://www.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

CARNEIRO, R. M. **O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos**. *Observatório da Economia Global. Textos avulsos*, n4, 2010. Disponível em: <[http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/observatorio/Desenvolvimento\\_poscrise.pdf](http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/observatorio/Desenvolvimento_poscrise.pdf)>. Acesso em: 22 de março de 2017.

CARVALHO, F. J. C. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, v.26, n.50, p.7-25, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10906>>. Acesso em: 16 de março de 2017.

CARVALHO, S. S. et al. **O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013: Uma análise estrutural a partir de dados do sistema de contas nacionais e da pesquisa de orçamentos familiares**, Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 2209, 2016.

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS (CPS). **A nova classe média visão geral**. Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2012. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas\\_sociais\\_alunos/2012/Site/11\\_1BES\\_Nova%20Classe\\_Media.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/2012/Site/11_1BES_Nova%20Classe_Media.pdf)>. Acesso em: 03 de outubro de 2017.

COSTA, A. B. A (in) adequação das teorias do comportamento do consumidor para a análise do consumo ativista. **Pensamento & Realidade**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em Administração-FEA. ISSN 2237-4418, v.26, n.2, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/7868/5754>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

CUNHA, A. M. et al. **Ciclos Financeiros e o Comportamento do Crédito no Brasil entre 2004 e 2015**. Disponível em: <[https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files\\_I/i4-b4b4692edcfcbb80a5bb30e75f4f751.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_I/i4-b4b4692edcfcbb80a5bb30e75f4f751.pdf)>. Acesso em: 22 de Agosto de 2017.

ENNE, A. L. À perplexidade, a complexidade: a relação entre consumo e identidade nas sociedades contemporâneas. **Comunicação mídia e consumo**, v. 3, n. 7, p. 11-29, 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. DIEESE. A evolução do crédito na economia brasileira de 2008-2013. **Nota Técnica**, n.135, maio de 2014. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>>. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. Política de valorização do Salário Mínimo: Salário Mínimo de 2015 fixado em R\$ 788,00. **Nota Técnica**, n. 143, janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec143SalarioMinimo.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2017.

FECOMERCIO RS. **Consumo & Endividamento**: o futuro do comércio no Brasil está comprometido?. Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://fecomercio-rs.org.br/wpcontent/uploads/2017/Fecom%C3%A9rcio-RS-Consumo-Endividamento.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

FECOMERCIO SP. **A evolução da classe média e o seu impacto no varejo**: diagnósticos e tendências. Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo. São Paulo: Fischer 2, 2012. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/upload/pdf/2015/13/pesquisa-classe-media-tela.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

FILHO, F. F.; PAULA, L. F. **Padrões de crescimento e desenvolvimentismo**: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. Nova Economia, v. 26, n. 3, 2017.

FRADE, C. O perdão de dívidas na insolvência das famílias. In: SANTOS (Org). **Famílias endividadas: uma abordagem de economia política e comportamental**. Coimbra: Almedina, 2015, p.133-146.

FREDERICO, C. O Consumo nas visões de Marx. In: BACCEGA, Maria Aparecida (Org). **Comunicação e Cultura do Consumo**. São Paulo: Atlas, 2008, p.79-87.

FREITAS, M. C. P. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos avançados**, v. 23, n. 66, p. 125-145, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10415/12131>>. Acesso em: 22 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Dinâmica concorrencial e bancos públicos: questões conceituais. In: JAYME JR., Frederico G.; CROCCO, Marco (Orgs.). **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. Disponível em:

<[www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro\\_BancosPublicos.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro_BancosPublicos.pdf)>. Acesso em: 15 de Julho de 2017.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a ruptura: O governo Lula. **Economia brasileira contemporânea**: 1945-2010– Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 197.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas S.A, 2008. 200p.

GONZALEZ, L. Consumo e crédito: distorções recentes e ajustes. **GV-executivo**, v. 14, n. 1, janeiro-junho, 2015. Disponível em:  
<[http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/consumo\\_e\\_credito.pdf](http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/consumo_e_credito.pdf)>. Acesso em: 02 de setembro de 2017.

HERMANN, J. Bancos públicos em sistemas financeiros maduros: perspectivas teóricas e desafios para os países em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 397-414, jul/set. 2011. Disponível em:  
<<https://seriestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=ST51&t=formacao-bruta-capital-fixobrvariacao-volume-brtaxa>>. Acesso em: 05 de agosto de 2017.

IPEA. **Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal**: a atuação dos bancos públicos federais no período 2003-2010. Comunicado do Ipea, n. 105, 2011. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110810\\_comunicadoipea105.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110810_comunicadoipea105.pdf)>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LAVINAS, Lena; FERRAZ, Camila. Inclusão financeira, crédito e desenvolvimento: que papel uma renda básica pode jogar nesse processo?. **Communication présentéeau**, v. 13, 2010.

MARTINS, N. M.; FERRAZ, C. de A. A expansão do mercado de crédito brasileiro no período 2004-2009: determinantes, condicionantes e sustentabilidade. **Cadernos do Desenvolvimento**, p. 269, 2011. Disponível em:  
<[http://www.centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201111011233060.CD\\_edicao9\\_cmp1eto.pdf#page=269](http://www.centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201111011233060.CD_edicao9_cmp1eto.pdf#page=269)>. Acesso em: 18 de março de 2017.

MATTEI, L.; MAGALHÃES, L. F. A Política Econômica Durante O Governo Lula (2003-2010): Cenários, Resultados E Perspectivas. In: DE PAULA, Marlene (Org.). **Nunca Antes Na História Desse País..?** Um Balanço das Políticas do Governo Lula. Rio de Janeiro: Fundação HenrichBöllStiftung, 2011. Disponível em:

<<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/livros/nunca-antes-na-historia-desse-pais-um-balanco-das-politicas-do-governo-lula>>. Acesso em: 20 de março de 2017.

MERESSI, F. S.; SILVA, M. F. S. Mobilidade socioeconômica no Brasil, padrão de consumo e conflitos socioambientais. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 87-108.

MOLLO, M. de L. Capital Fictício, Autonomia Produção – Circulação e Crises: Precedentes teóricos para o Entendimento da Crise Atual. **Revista Economia**, Set/Dez 2011, p.475-493. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n3p475\\_496.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n3p475_496.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

MORA, M. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Rio de Janeiro (RJ), n. 2022, jan. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

MOREIRA, F. R. O consumo e o crédito na sociedade contemporânea. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 19, p. 91-114, 2011. Disponível em: <[http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD19/gestaodesenvolvimento19\\_91.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD19/gestaodesenvolvimento19_91.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília, 1989. 300p.

NARDI, S. **A nova era do consumo de baixa renda: consumidor, mercados, tendências e crise mundial**. Osasco: Editora: Novo Século, 2009.

OLIVEIRA, G. C. de; WOLF, P. J. W. **A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015)**. Texto para Discussão IPEA, 2243, outubro, 2016. Disponível em <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7284>>. Acesso em: 20 de março de 2017.

OLIVEIRA, M.; JESUS, F. Da dificuldade da decisão à facilitação da ação. In: Santos (Org). **Famílias endividadas: uma abordagem de economia política e comportamental**. Coimbra: Almedina, 2015; p. 65-89.

OREIRO, F. R. Os microfundamentos do consumo: de Keynes até a versão moderna da teoria da renda permanente. **Revista de Economia**, v. 29, 2003.

PAIM, B. **Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional**. Indicadores Econômicos FEE, v. 42, n. 4, p. 9, 2015.

\_\_\_\_\_. **Reflexos do ajuste monetário sobre a dívida das famílias brasileiras.** Carta de Conjuntura FEE, ano 24, n. 08, 2015a.

\_\_\_\_\_. **O comportamento dos créditos público e privado no Brasil, de 2004 a 2011.** Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 33-44, 2013. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2815/3116>>. Acesso em: 08 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **A expansão do crédito às famílias e a estrutura financeira no Brasil.** Carta e Conjuntura FEE, ano 24, n. 01, 2013a. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/a-expansao-do-credito-as-familias-e-a-estrutura-financeira-no-brasil/>>. Acesso em: 26 de setembro de 2017.

PAULA, L. F. Bancos e crédito: a abordagem pós-keynesiana de preferência pela liquidez. **Revista de Economia**, Curitiba, v.32, n.2, p. 81-93, 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/inex.php/economia/article/view/7729/5502>>. Acesso em: 20 de Julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Política econômica para o crescimento e estabilidade macroeconômica: uma abordagem keynesiana com referência ao Brasil. In: SICSÚ, J; VIDOTTO, C. (orgs.). **Economia do desenvolvimento: Teoria e Políticas Keynesianas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 217-239. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/politica-economica-para-o-crescimento-economico-e-estabilidade.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Políticas macroeconômicas para um crescimento robusto e sustentável.** In: Fórum de Economia da FGV/EESP, 10,2013, São Paulo. São Paulo, 2ª versão, 25/01/2014. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/351364883/DEPAULApoliticas-Macroeconomicas-Para-Um-Crescimento-Robusto-e-Sustentavel>>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

PAULA, L.F. e PIRES, M. (2017). “**Crise e perspectivas para a economia brasileira**”. Estudos Avançados 31(89): 125-144. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142017000100125&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142017000100125&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

PEREIRA, L. C. B. A crise financeira de 2008. **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133-149, janeiro-março/2009. Disponível em: <[http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/publicacoes/publicacoes\\_23\\_3475272552.pdf](http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/publicacoes/publicacoes_23_3475272552.pdf)>. Acesso em: 15 de março de 2017.

PEREZ, C.; BAIRON, S. Universos de sentido da população de baixa renda no Brasil: Semânticas da estabilidade, da ascensão social e da mobilidade. **Matrizes**, v. 7, n. 2, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista Estudos Culturais**, v. 1, n. 1, 2014.

PINTO, M. de R.; LARA, J. E. As experiências de consumo na perspectiva da teoria da cultura do consumo. In: PIMENTA (Org). **Sociedade e consumo**. Curitiba: Juruá, 2010, p. 337-362.

PRATES, D. M.; CUNHA, A. M. Medidas Macroprudenciais e a Evolução do Crédito em 2011. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 39, n. 4, p. 117-128, 2012.

PRATES, D. M.; BIANCARELI, A. M. **Panorama do ciclo de crédito recente: condicionantes e características gerais**. Campinas: BNDES; FECAMP; Cecon IE UNICAMP; IE UFRJ, 2009. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/site/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/SubprojetoII.2\\_PIF.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/site/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/SubprojetoII.2_PIF.pdf)>. Acesso em: 05 de Agosto de 2017.

ROCHA, E.; BARROS, C. Entre mundos distintos: notas sobre comunicação e consumo em um grupo social. In: BACCEGA, Maria Aparecida (Org). **Comunicação e Cultura do Consumo**. São Paulo: Atlas, 2008, p.186-202.

ROSSI, P.; MELLO, G. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica-IE/UNICAMP: Nota do Cecon**, n. 1, 2017. Disponível em: <[https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1\\_Choque\\_recessivo\\_2.pdf](https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf)>. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

SAMPAIO, D. O. Consumo e Simbolismo no Brasil: Poder, Prazer e Dívidas. **Anais do Congresso de Administração, Sociedade e Inovação – CASI 2016 – ISSN: 2318-698/ Juiz de Fora/MG – 01 e 02 de dezembro de 2016**.

SANTOS, A. C. O endividamento das famílias: o indivíduo e o seu contexto. In: SANTOS (Org). **Famílias endividadas: uma abordagem de economia política e comportamental**. Coimbra: Almedina, 2015, p.43-63.

SANTOS, A. C.; COSTA, V.; TELES, N. A economia política do consumo e do crédito às famílias: um contributo interdisciplinar. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 101, 2013, p. 9-38. Disponível em: < <https://rccs.revues.org/5338>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

SARAIVA et al. A “**nova classe média**”: repercussões psicossociais em famílias brasileiras, 2015 v. 26, nº 1, p. 52-61. ISSN 0103-6564. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n1/0103-6564-pusp-26-01-00052.pdf>>. Acesso em: 02 de setembro de 2017.

SBICCA, A.; FERNANDES, A. L. Reflexões sobre o comportamento do consumidor e o cartão de crédito no Brasil. **Economia & Tecnologia**, v. 25, n. 07, Curitiba, Abril/Junho de 2011.

SBICCA, A.; FLORIANI, V.; JUK, Y. Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 8, n. 4, 2012.

SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década?: O debate a partir da perspectiva sociológica. **Sociedade e estado**, v. 27, n. 2, p. 387-407, 2012.

SERASA, E. **Inadimplentes batem recorde histórico**: 59 milhões começam o ano no vermelho, publicado em 21 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2016/01/21/inadimplentes-batem-recorde-historico-59-milhoes-comecam-o-ano-no-vermelho/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Desemprego é a principal causa da inadimplência dos brasileiros, aponta pesquisa inédita da Serasa**, publicado em 09 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2015/12/09/desemprego-e-a-principal-causa-da-inadimplencia-dos-brasileiros-aponta-pesquisa-inedita-da-serasa/>>. Acesso em: 01 de outubro de 2017

SERRANO, F.; SUMMA, R. **Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. Texto para discussão, Center for Economic and Policy Research, 2015.

SICSÚ, J. **Governos Lula: a era do consumo?**. Texto para discussão 021. Instituto de Economia, UFRJ. 2017. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0212017sicsu.pdf>>. Acesso em: 25 de agosto de 2017.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo?. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 507-524, 2007. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Luiz\\_Paula/publication/262499670\\_Why\\_new-developmentalism/links/542f2b7b0cf27e39fa995011.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Paula/publication/262499670_Why_new-developmentalism/links/542f2b7b0cf27e39fa995011.pdf)>. Acesso em: 05 de abril de 2017.

SOBRINHO, Guilherme G. de F. Xavier. A “Classe C” e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 38, n. 4, 2011.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SOUZA, M. A. P. de. **O uso do crédito pelo consumidor: percepções multifacetadas de um fenômeno intertemporal.** 118 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SPC Brasil. **57% dos usuários de cartão de crédito não fazem controle efetivo dos gastos, aponta estudo do SPC Brasil e CNDL.** Pesquisa divulgada 16/06/2015. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/3148>>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

SPC Brasil. **20 milhões de consumidores já ficaram com nome sujo após comprarem produtos de luxo.** Pesquisa divulgada 16/06/2015. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/931>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

TASCHNER, G. B. Raízes da Cultura do Consumo. In: **Revista USP.** São Paulo, n.32,p. 26-43, 1996-97. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/view/26029>>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e sociedade**, v. 21, n. 4, p. 909-941, 2012.

TEODÓSIO, A. S. S.; VIEGAS, D.; DIAS, S. L. F. G. Consumo, meio ambiente e cidadania: intrincados (dês)encontros na sociedade de hiperconsumo. In: PIMENTA (Org). **Sociedade e consumo.** Curitiba: Juruá, 2010, p. 119-145.

TERRA, F. H. B.; FILHO, F. F. As políticas econômicas em Keynes: reflexões para a economia brasileira no período 1995-2011. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC—ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, XL**, 2014.

YACCOUB, H. A chamada “nova classe média”. **Cultura material, inclusão e distinção social. Horizontes Antropológicos**, v. 17, n. 36, p. 197-231, 2011.